

U.E.M. - UFICS
R. E. 64/02
DATA 23/04/03
AQUISIÇÃO *oferta*
COTA

Atu - B
2002



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
UNIDADE DE FORMAÇÃO E INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS - UFICS**

PROJECTO DE PESQUISA

**RACIONALIDADES EM QUESTÃO NUM CONTEXTO DE PRÁTICAS DE
MICROFINANÇAS EM MOÇAMBIQUE.**

ESTUDO DE CASO:

Beneficiários da World Relief - Fundo para Crédito Comunitário - Xai-Xai.

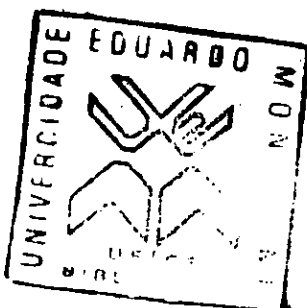
"Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane".

PROPONENTE:
Elísio Manuel Fernando Jossias

ORIENTADOR:
Dr. José Pimentel Teixeira

Maputo, Setembro de 2002

U.E.M. - UFICS
R. E. 46/13
DATA 20/07/05
AQUISIÇÃO *oferta*
COTA ATO-13



64

DECLARAÇÃO

Declaro que este Trabalho de Fim de Curso nunca foi apresentado, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau, e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

DEDICATÓRIA

Dedico este "Projecto" à "Dr.^a Maria Cuamba", minha mãe. Esta senhora sem nunca ter se sentado no banco duma escola, muito menos numa Universidade, conseguiu levar todos os seus filhos à escola e hoje temos a prova disso com um deles a concluir o nível de Licenciatura. Por isso, tomo a liberdade de lhe atribuir o título de Doutora por ter contribuído em grande medida para a erradicação do analfabetismo, que constitui hoje o grande mal que assola a sociedade Moçambicana a par do HIV/SIDA e da estiagem de culturas devido à seca, o que torna as populações vulneráveis à situação de fome. Este gesto vai em reconhecimento a todos os Moçambicanos que diariamente lutam contra todos esses males.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial vai em primeiro lugar ao Dr. José Pimentel Teixeira pela paciência que teve durante os cerca de 2 anos que trabalhamos neste projecto principalmente por me ter encorajado a prosseguir com aquilo que antes parecia um sonho irrealizável, tendo acreditado nas minhas capacidades.

Também agradeço a todos os docentes que me influenciaram positivamente durante os anos de formação, aos colegas que sempre estiveram do meu lado, em especial o Mussanhane, a Sónia, o Quitério, o Teodósio, o Mussane, a Cecília, a Suzana Rita, o Altino e tantos outros.

Um apreço especial vai para os meus irmãos que tudo fizeram para que a minha formação fosse um sucesso, ao José e à Dina que foram uns verdadeiros pais, ao Tomás um amigão que sempre aturou os meus caprichos. À Lúcia um muito obrigado pelo puxão de orelhas e pelo contributo decisivo para a conclusão do presente projecto.

Por fim um agradecimento ao NET (Núcleo de Estudos da Terra e Desenvolvimento), por ter tornado possível a realização deste projecto através do financiamento disponibilizado para o efeito. A par do NET, a World Relief na pessoa do seu Delegado na filial de Xai-Xai o Sr. Nhaduco por ter autorizado o contacto com os respectivos clientes e à promotora que me acompanhou no trabalho de campo.

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR - organismo das Nações Unidas para o apoio aos refugiados

AE - Ajustamento Estrutural

ASDI - Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional

BM - Banco Mundial

ECA - Economic Commission for Africa

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

ICC - International Capital Corporation

INDER - Instituto Nacional para o Desenvolvimento Rural

MBEU - Associação para o Desenvolvimento Económico e Sócio-Cultural da Mulher

MEDA - Mennonite Economic Development Associates

ONG - Organização Não-Governamental

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SOCREMO - Sociedade de Crédito de Moçambique

TCHUMA - Cooperativa de Crédito

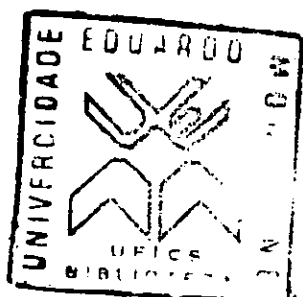
USAID - Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional

WR-FCC - World Relief- Fundo para Crédito Comunitário

ANEXOS

MAPA DO DISTRITO DE XAI-XAI pg. 65

LISTA DE ENTREVISTADOS pg. 66



RESUMO

A World Relief – Fundo para Crédito Comunitário é uma ONG estrangeira que surge como pioneira das instituições de microfinanças em Moçambique ao introduzir em 1993 o programa “Community Banking”, inicialmente no Distrito de Chókwè e mais tarde para outros distritos e províncias. Selecionamos o Distrito de Xai-Xai como campo de estudo e constatamos que a metodologia usada na concessão dos créditos tem como fundamento a organização dos beneficiários em grupos, que por sua vez têm a responsabilidade pelo desempenho de cada um dos seus membros.

Partindo do pressuposto de que o económico necessita do não-económico para sobreviver ou seja, o princípio da convivência universal entre o económico e o não-económico, colocamos a seguinte questão: *“que tipo de lógicas e estratégias (individuais e colectivas) são adoptadas pelos beneficiários dos projectos de microfinanças com vista à satisfação das exigências do meio ou contexto de origem e por outro lado visando resistir perante a imposição das exigências das instituições?”*, uma vez que as estratégias devem ser compreendidas, segundo a sugestão de Bourdieu (1988: 42-45), no âmbito do funcionamento do campo, as quais são configuradas por um conflito de valores, sistema de disposições, acções e apreciações.

Face a este problema, levantamos algumas hipóteses que orientarão a nossa pesquisa:

H1: *A adesão dos indivíduos aos grupos de beneficiários do microfinanciamento pode ser encarada como uma das estratégias económica e social, visando a sua sobrevivência, a par das redes de parentesco, aliados e vizinhanças;*

H2: *Admitimos que o facto de os beneficiários aderirem ao crédito não pressupõe necessariamente que tenham a consciência do uso produtivo dos mesmos, mas adiantamos a possibilidade desses agentes possuírem*

necessidades imediatas em dinheiro sem outra via de adquirí-lo a não ser recorrendo às instituições vocacionadas à concessão dos créditos;

H3: Como estratégia de sobrevivência perante o cenário da imposição de lógicas por parte das instituições, os beneficiários diversificam as alternativas de aquisição de fundos que passam pela prática de actividades variadas e pela manutenção de laços com outros membros da comunidade que se consubstanciam num sistema de prestações e contraprestações;

H4: A diversificação de alternativas permite aos beneficiários o cumprimento das exigências da instituição e ao mesmo tempo a manutenção dos laços junto dos elementos constituintes do seu grupo ou "manutenção de redes de protecção social".

Para tratarmos desta questão propomos a adopção da abordagem teórica sugerida por Sardan(1990) que considera a existência de forças sociais em confronto directo com os imperativos, as dinâmicas e as instituições de desenvolvimento, isto tudo integrado no quadro que considera o desenvolvimento como uma prática social que faz intervir por um lado, a lógica dos desenvolvedores e por outro lado, a lógica dos desenvolvidos.

Perante este cenário traçamos como objectivos:

- desconstrução do conceito de desenvolvimento, fazendo uma abordagem crítica dos seus fundamentos ideológicos;
- análise das estratégias dos beneficiários dos microfinanciamentos no âmbito da dinâmica da acção social;

Como metodologia, realizamos um pré-inquérito no qual usamos entrevistas semi-estruturas com maior enfoque para a observação cuja preocupação foi a recolha de material de ordem simbólica (crenças, ritos, cerimónias, redes de relações, etc). Sugerimos a adopção da metodologia de "análise situacional" para além de colecta de dados usando métodos quantitativos de pequena dimensão.

ÍNDICE

<i>Declaração</i> -----	<i>i</i>
<i>Dedicatória</i> -----	<i>ii</i>
<i>Agradecimentos</i> -----	<i>iii</i>
<i>Lista de abreviaturas</i> -----	<i>iv</i>
<i>Resumo</i> -----	<i>v</i>
I. INTRODUÇÃO -----	1
II. PROBLEMÁTICA -----	5
II. 1. HIPÓTESES -----	7
II. 2. OBJECTIVOS -----	9
III. ALGUMAS LINHAS DE ABORDAGEM SOBRE O DESENVOLVIMENTO -----	11
III. 1. "EMPOWERMENT" Vs DESENVOLVIMENTO BASEADO NA COMUNIDADE -----	15
IV. ABORDAGEM SOBRE AS MICROFINANÇAS -----	19
IV. 1. ONG's E MICROFINANÇAS -----	22
V. A EXPERIÊNCIA MOÇAMBICANA -----	24
VI. ESTUDO DE CASO: WORLD RELIEF- Fundo de Crédito Comunitário -----	28
VI.1. A EXPERIÊNCIA DE XAI-XAI -----	30
VII. METODOLOGIA -----	31
VII. 1. ELEMENTOS PARA A ANÁLISE DE DADOS -----	35
a) PONTO DE PARTIDA PARA ANÁLISE -----	35
b) SITUAÇÃO SOCIAL -----	38
VII. 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	48

VIII. BIBLIOGRAFIA	54
a) OBRAS REFERENCIADAS	54
b) OBRAS COMPLEMENTARES	57
c) DOCUMENTOS REFERENCIADOS	58
d) DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	61
IX. ANEXOS	64

I. INTRODUÇÃO

"(...) as instituições sociais são respostas culturais às necessidades de um povo. Não se pode, portanto, destruir impunemente tais instituições tradicionais substituindo-as por outras, radicalmente novas, sem antes saber se todas as funções, valores e necessidades das antigas instituições são plenamente preenchidos pelas novas (...)"
(Malinowski, citado por Casal 1996:39).

A dinâmica actual da relação entre estados de todo o mundo parece residir fundamentalmente no binómio desenvolvidos/subdesenvolvidos ou, quando se usa o termo mais sofisticado, "*em vias de desenvolvimento*". Hoje o desafio de todas sociedades passa pela criação de condições mínimas para a sua existência como seres socialmente activos. Mas na mesma medida, essa luta vem sendo objectivada e liderada por países que pela sua situação económica dominante vão ditando as regras do jogo nos discursos e práticas de desenvolvimento.

Assim sendo torna-se útil pensar sobre essa relação, questionando os seus fundamentos ideológicos, num processo que julgamos nos levará a contribuir para a compreensão das várias práticas que envolvem as relações entre mentores do desenvolvimento e os supostos destinatários do mesmo.

É daí que o presente "Projecto de Pesquisa" surge como resultado de preocupações suscitadas em torno do debate sobre a abordagem antropológica do desenvolvimento. Assim sendo, o contributo deste trabalho será o de discutir, em primeiro lugar, os pressupostos teóricos que rodeiam este debate - onde se colocam questões como das racionalidades económicas ou sociais, da interacção entre universos diversificados e lógicas económicas e sociais também diversificadas, os laços estabelecidos entre os homens em torno dos bens materiais e simbólicos.

Fazendo isso pensamos que estaremos a dar o nosso contributo na compreensão dos aspectos que rodeiam o conjunto das práticas sociais que envolvem o "*projecto desenvolvimentista*", lançando um olhar crítico sobre o

(envolvem o "*projecto desenvolvimentista*", lançando um olhar crítico sobre o relacionamento entre os desenvolvedores e os desenvolvidos. Isto se partirmos do pressuposto de que o *projecto desenvolvimentista* se baseia no "*projecto da modernidade*" que encara as outras práticas sociais como pertencendo ao mundo tradicional, visto este como estático e entrave à implementação dos vários *projectos* de que visam a transformação social. Segundo Ngoenha "*o desenvolvimento constitui uma manifestação da modernidade à escala planetária, mas essencialmente através da sua vertente tecno-económico*", e sendo assim, "*opõe-se necessariamente à tradição, categoria que é percebida à priori de maneira negativa, qualificada por uma amálgama de costumes, de práticas, de ideias, de crenças, todas desvalorizadas e muitas vezes rejeitadas fora dos limites da razão...*" (1994:72-73).

Perante este problema não podemos falar de desenvolvimento sem questionar os seus fundamentos ideológicos. Por isso, tal como afirmou Karl Popper, insistimos no facto de a vida social exigir a existência duma "tradição" (in Torres, 1995:11), entendida esta como algo dinâmico e que constitui o conjunto das instituições sociais, práticas individuais e colectivas que dão conta ao conjunto das realizações sociais. Aqui pretendemos reafirmar o facto de as problemáticas de desenvolvimento se inscreverem num espaço que vai muito para além do meramente económico. É caso para dizer, recorrendo a Karl Polanyi, que "*o facto de numerosas actividades serem organizadas por intermédio de estruturas não mercantis, esconde não somente as contribuições dessas actividades à economia real, nos casos em que esta é considerada na perspectiva de um sistema de mercado, mas negligencia também o significado dessas actividades em relação às outras esferas institucionais*" (in Torres, 1995: 19).

Deste modo, no presente "Projecto de Pesquisa" propomo-nos a fazer uma leitura crítica sobre desenvolvimento com principal incidência para as práticas inerentes ao "mundo" do microfinanciamento. O microfinanciamento surge neste *projecto* como vector fundamental do paradigma social e económico do

desenvolvimento que surge nos finais da década 80 e que vigorou durante a década 90 e como a prova inequívoca de como um discurso perpassa várias instituições, passando a fazer parte das práticas quotidianas das pessoas e instituições. Hoje, mais do que nunca, o microfinanciamento (em espécie e monetário) é apresentado como uma das soluções mais eficazes das questões colocadas e encontradas durante os longos anos de desenvolvimento ao nível das comunidades.

Por isso ao propormos a discussão das abordagens do desenvolvimento pretendemos analisar como os microfinanciamentos, concebidos como discursos e práticas, são produzidos e legitimados no âmbito dos novos olhares sobre o desenvolvimento. A nossa pretensão é de discutirmos o processo de produção dos discursos que sustentam as práticas (no que se refere a formas, concepções, valores, estratégias e aparatos ideológicos) que constituem a acção das instituições que lidam com os microfinanciamentos. Para além de discutirmos como as instituições interagem com os agentes locais que são os beneficiários dos projectos de microfinanciamentos, e como esses mesmos agentes (beneficiários) reagem perante estes programas e projectos - interações essas que colocam questões sobre os processos de constituição de identidades sociais, económicas e culturais e as formas de constituição dos sujeitos sociais (racionalidades múltiplas).

Qual é a implicação deste modelo de análise para a operacionalização deste trabalho? Ou por outra, como será feito o estudo destes elementos? Como captar as representações e as estratégias? A resposta a estas questões passa por conceber uma metodologia que nos permitirá identificar estes elementos, acção antecedida pela identificação clara do objecto de estudo e do espaço (social ou geográfico) de análise.

De início apresentamos a problemática, onde discutimos a questão principal que guiará este trabalho e na qual apresentamos as hipóteses, mais adiante falamos dos objectivos a serem prosseguidos. Posto isto, apresentamos algumas linhas de abordagem sobre o desenvolvimento, seguido de uma

abordagem dos microfinanciamentos a qual é complementada pela apresentação da curta experiência Moçambicana nesta área e de um caso concreto referente à World Relief - FCC na sua actuação no Distrito de Xai-Xai que serviu de caso de estudo. E para terminar apresentamos uma sugestão metodológica da apreensão do objecto de estudo, que para além da metodologia teórica, apresentamos a metodologia aplicada no trabalho de pré-inquérito, e uma sugestão da metodologia para a análise de dados, onde colocamos algumas questões baseadas na reflexão e análise dos dados recolhidos ao longo do pré-inquérito.

II. PROBLEMÁTICA

A reflexão sobre o desenvolvimento tem conhecido várias tendências, desde discussões meramente da ciência económica onde se destacam várias concepções sobre o desenvolvimento, essencialmente viradas para a definição de políticas de desenvolvimento até aquela que Mário Murteira (1990) chama de "sentido normativo e crítico da política e ideologia de desenvolvimento"⁽¹⁾, virada para uma perspectiva de "novo desenvolvimento" ou "desenvolvimento alternativo".

Mas quando pretendemos abordar as práticas de desenvolvimento é preciso olharmos um pouco além de políticas económicas nacionais e concentrar-mo-nos nas práticas sociais e efectivas ligadas ao desenvolvimento, que incluem as práticas dos desenvolvedores e as práticas dos desenvolvidos (*). Com isto pretende-se dizer que maior enfoque deve ser direccionado para a análise dos comportamentos dos visados pelo desenvolvimento. Esses comportamentos deverão ser analisados neste Projecto, privilegiando uma das abordagens apontadas por Oliver de Sardan (1990:196) que insiste na análise das "lógicas e racionalidades"⁽²⁾ (económicas e não-económicas), que subjazem aos comportamentos económicos dos actores de base (beneficiários).

Dentro desta lógica e no âmbito das práticas das Microfinanças, que é o nosso "campo de análise" das interacções entre os dois sub-níveis (desenvolvedores e desenvolvidos), há que colocar a seguinte questão: *que tipo de lógicas e*

1. Para Murteira esta tendência aborda temas que se referem a condicionantes ecológicas, às tecnologias apropriadas, à participação das populações no seu auto-desenvolvimento, as políticas educacionais, as novas fontes de energia, etc., que se aliam às expectativas locais de desenvolvimento ao nível micro da aldeia ou pequena actividade local. (Murteira, 1990:244).

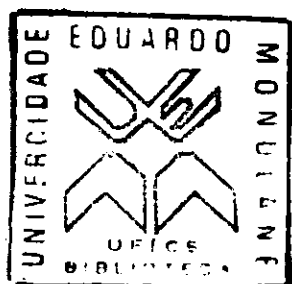
(*) do original em Francês: *developpeurs et developpés respectivamente* (Sardan, 1997: 91).

2. Para além desta dimensão o autor sugere uma outra que pode ser usada na análise dos comportamentos, que se situa ao nível das estruturas de fluxos, os quais englobam a relação de produção, sistemas de propriedade, trabalho feminino, circulação monetária, economia urbana informal, mecanismos sociais de redistribuição e formas de reprodução social.

estratégias, individuais e colectivas, são adoptadas pelos receptores ou beneficiários dos projectos de microfinanças, com vista a satisfação das exigências do seu meio de origem, por um lado, e por outro, visando satisfazer as exigências dos desenvolvedores e resistir perante a imposição dessas lógicas de gestão? Procuramos também saber se estas estratégias e lógicas que são adoptadas correspondem ou não aos dois lados? Isto tomando em consideração a existência da dicotomia entre "memória social e herança cultural que liga os indivíduos à redes linhageiras e do parentesco" e as instituições de desenvolvimento, representantes da racionalidade mercantil, que colocam novas redes sociais de dependência, tal como foi apresentado por José Feliciano (1996:24).

O nosso ponto de partida insere-se na abordagem desenvolvida fundamentalmente por J.-P. Oliver de Sardan, que nos remete para a análise do desenvolvimento como uma "realidade" que corresponde a um conjunto de práticas sociais, cujo objectivo é a transformação dum determinado meio quer recorrendo a introdução de novas tecnologias, quer seja por via da transformação de comportamentos económicos dos grupos visados. (1990:196). Ou se quisermos, olhamos para o desenvolvimento como "Prática Social", inserida na análise daquilo que realmente acontece com referência ao tempo e ao espaço, prática essa que corresponde a um projecto de mudança social que, quer queiramos ou não, implica um projecto de dimensão Ocidental (Murteira, 1990:222).

Quando abordamos o desenvolvimento em antropologia, devemos seguir a linha de Sardan já mencionada acima e que também é defendida por Yañez Casal (1996) e José Fialho (1996), os últimos com trabalhos sobre Moçambique, que insistem na existência de forças sociais em confronto directo com os imperativos, as dinâmicas e as instituições de desenvolvimento. Para Casal (id:42) o confronto das forças e estratégias manifesta-se ao nível do sector da produção doméstica (expressão emprestada de Karl Polanyi), onde ocorre o processo de produção, circulação e distribuição de bens que se



sujeitam a vários processos de integração social, nomeadamente a reciprocidade, a redistribuição e a troca directa.

II. 1. HIPÓTESES:

Como hipótese principal afirmamos que a adesão dos indivíduos aos grupos de beneficiários do microfinanciamento pode ser encarada como uma das estratégias, económica e social, visando a sua sobrevivência, a par do parentesco e das redes sociais (de aliados, vizinhanças, etc.).

Como segunda hipótese, constatamos que o facto de os beneficiários aderirem ao crédito não pressupõe necessariamente que tenham a consciência do uso produtivo dos mesmos (em termos de aumento de ganhos ou lucros) - mas adiantamos a possibilidade desses agentes possuírem necessidades imediatas em dinheiro sem outra via de adquiri-lo a não ser recorrendo às instituições vocacionadas para a concessão dos créditos.

Como terceira hipótese, constatamos também que ao nível das estratégias de sobrevivência os beneficiários diversificam as alternativas de aquisição dos fundos que passam pela prática de actividades variadas e pela manutenção dos laços com outros membros da comunidade que se consubstanciam num sistema de prestações e contraprestações. Por estratégias de sobrevivência devem ser compreendidas as diferentes formas de gerar ou obter recursos materiais, monetários ou sob a forma de bens e serviços para além da dimensão simbólica (Cruz e Silva in Santos, 2000: 15).

E como última hipótese, até certo ponto complementar das anteriores, afirma-se que *a diversificação de alternativas - recorrendo por exemplo ao "xitique"(*) e a prática de actividades diversificadas - permitem aos beneficiários o cumprimento das exigências da instituição e ao mesmo tempo, a manutenção*

(*) palavra Thsonga para designar grupos de poupança e crédito (Cruz e Silva in B. De Sousa Santos, 2000:31).

dos laços junto dos elementos constituintes do seu grupo, ou "manutenção de redes de protecção social".

Esta última hipótese, associada às duas anteriores, corresponde ao que Pina Cabral (2000: 884) referiu como sendo estratégias que os indivíduos ou grupos adoptam porque não conseguem obter os meios necessários à actualização das expectativas criadas pelos ideais hegemónicos (se considerarmos ideais hegemónicos as formas e racionalidades propostas ou mesmo impostas pelas instituições desenvolvedoras). Ou seja, por não possuírem bens tangíveis (riqueza material), essas populações têm como único meio de entrada no processo de desenvolvimento os seus valores, que se constituem em bens intangíveis (riqueza cultural) e os quais vão reforçar a capacidade de realização social.

As "estratégias" devem ser compreendidas considerando que "os comportamentos humanos se realizam no interior dos espaços dos campos" (Bourdieu, 1996:126), ou segundo a afirmação de Pina Cabral (2000:884), as estratégias são " (...) *práticas sociais que surgem pelo facto de que diferentes membros de um grupo social estão igualmente confrontados com contextos de acção semelhantes*" - o que dá origem a *padrões de comportamento agregado*. As estratégias devem ser compreendidas no âmbito do funcionamento de um campo ⁽³⁾, as quais são configuradas por um conjunto de valores, sistema de disposições, orientações subjectivas, preferências e gostos, percepções, acções e apreciações, (Bourdieu, 1988: 42-45). Isto quer

3. Segundo Pina Cabral (2000: 884), o "campo social" é um campo de "lutas simbólicas", nas quais a prática que tende a ser "hegemónica" tenta silenciar as outras práticas que não cabem no seu discurso, nega alguns significados, dificulta alguns processos, torna alguns objectos invisíveis e salienta práticas e significados que são menos legitimados pela operação do poder simbólico. Contudo, a "marginalidade"(pessoas, objectos, certas pessoas) continua a fazer parte da experiência das pessoas, recorrendo a elas sempre que necessário. Essas práticas asseguram a nosso ver a constituição e a manutenção dos grupos solidários.

dizer que as estratégias só podem ser compreendidas se integradas no conjunto das situações sociais que ocorrem dentro dum determinado grupo.

II. 2. OBJECTIVOS

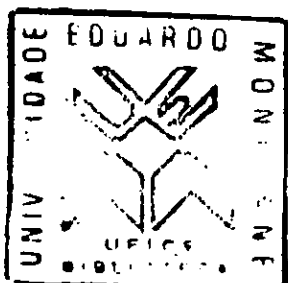
É sobre esta última perspectiva que o objectivo a ser seguido neste "Projecto de Pesquisa", será o de analisar em primeiro lugar, o conjunto das práticas sociais efectivas ligadas ao desenvolvimento ao nível dos "desenvolvedores" principalmente no que se refere a lógicas, estratégias e ideologias que determinam a adopção de certas práticas ao nível do microfinanciamento dos grupos visados.

E ao nível dos "desenvolvidos" pretendemos analisar a forma como são estrategizadas as relações dentro da economia doméstica ⁽⁴⁾ (considerado como o campo do grupo doméstico ou das associações) visando a sobrevivência dos indivíduos e grupos perante a pressão exercida pelas duas lógicas que constituem a dinâmica da vida (uma meramente economicista ou "competitiva" e a outra correspondente à esfera doméstica ou lógica "reprodutiva"). Dentro deste campo há que ter em conta as lógicas e racionalidades (económicas e não-económicas) dos supostos beneficiários do desenvolvimento, em que se destaca a forma como os indivíduos articulam as suas crenças com as crenças institucionais, tudo isto inserido naquilo que Sardan (1990: 195) denominou de "articulação hierarquizada de condicionantes e margem de manobra" em referência as estratégias individuais e socialmente localizadas dos indivíduos e grupos.

4. O espaço da "economia doméstica" é onde predomina aquilo a que Pierre Bourdieu (1994:126-150) apelidou de "economia dos bens simbólicos", em referência ao facto de nele se buscar valores como a honra (que tem a ver com questões morais contextualmente localizadas), ou onde ocorrem trocas entre os membros do grupo doméstico, entre gerações e entre grupos. Para este autor, no interior da família, as trocas situam-se a nível da "(...)lógica do dom e não do crédito e o empréstimo entre pais e filhos exclui cobranças de juros, sendo o prazo de reembolso deixado vago(...)".

A perspectiva antropológica neste contexto, voltando de novo ao ponto de vista de Yañez Casal (1996:2), permite-nos ver esta dinâmica como um processo interno vivido por cada um dos seus actores e aos diferentes níveis, descobrir o cruzamento de dinâmicas e contradições entre o discurso oficial e as práticas sociais, entre a lógica económica dos desenvolvedores e a lógica dos desenvolvidos.

Posição idêntica foi defendida por Pierre Bourdieu, quando propõe a análise, em primeiro lugar, da estrutura de relações que se estabelecem entre os agentes sociais - relações entendidas como interacções ou relações intersubjectivas realmente efectuadas. E para se compreender essas relações o autor sugere a análise do espaço no qual se movimentam os agentes sociais (Bourdieu, 1988:42-45). Daí que para o nosso "Projecto", a preocupação passe pela análise dos beneficiários dos microfinanciamentos no seu local de acção, suas práticas quotidianas ligadas às formas e as alternativas de utilização dos créditos.



III. ALGUMAS LINHAS DE ABORDAGEM SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo o enfoque vai para uma abordagem geral do debate sobre o desenvolvimento que percorreu a literatura especializada durante os últimos 40 anos, destacando-se a proposta do "novo desenvolvimento" para os ditos "Países em Vias Desenvolvimento" que aparece neste "projecto" como a panaceia da abordagem dos Microfinanciamentos.

A hipótese que nos orienta neste debate, defende que os programas/projectos de microfinanciamento são produzidos e legitimados dentro da perspectiva do "novo desenvolvimento", e isso é visível olhando para a forma como são concebidos os projectos e programas de acção e por fim na metodologia de identificação dos supostos beneficiários a quem os mesmos são dirigidos.

Esta confrontação será objecto de análise no ponto a seguir. Por ora, olhemos um pouco para aquilo que é o nosso propósito neste capítulo, a apresentação de alguns pontos de reflexão sobre as perspectivas do desenvolvimento.

Para começar façamos uma passagem rápida do evoluir do desenvolvimento como conceito teórico, principalmente nos últimos 40 anos. Durante os últimos 40 anos assistiu-se a dois momentos cruciais da evolução das teorias sobre o desenvolvimento. Um primeiro, que é o "desenvolvimento organizacional" baseado ao nível administrativo que centrou a sua atenção na produção e que vai perdurar até a década de 1980, e um outro centrado nas pessoas e que marca a viragem na abordagem sobre o desenvolvimento nos fins dos anos 1980 e início de 1990 (Bennaars, 1993:80).

A abordagem inicial centra-se numa organização racional da actividade económica, enfatizando "a racionalização e a administração científica" e como tal, a perspectiva do desenvolvimento envolvia a satisfação das "necessidades básicas" encaradas numa perspectiva economicista (segundo o paradigma dos economistas clássicos como Adam Smith e Ricardo, em que o Homem é

motivado pelo cálculo racional dos seus interesses virados para a maximização) (1993:80).

Mais tarde inicia-se uma abordagem virada para o "Homem Social", em contestação a abordagem da racionalidade economicista. Durante os anos 1990 a abordagem sobre o desenvolvimento passa a centrar-se naquilo a que se denominou de "motivação humana" como sendo a base da organização e da hierarquização das necessidades, das biológicas às sociais.

Quando entramos para a década de 1970 os ventos de mudança surgem com os teóricos da "Teoria da Dependência" (principalmente com a escola Latino-Americana com nomes como F. H. Cardoso, C. Furtado). Estes autores nas suas reivindicações científicas, criticam basicamente o modelo de crescimento económico e a teoria da modernização, afirmam-se contra aquilo que denominam de "imposição das crenças e valores ocidentais sob a égide da modernização", e atribuem aos anos da colonização a responsabilidade pela situação de "dependência" em que se encontram os países do Terceiro Mundo.

Para Dichter (1998), a década de 1970 foi dominada por dois temas no âmbito da assistência ao desenvolvimento: um referente às "*Necessidades Básicas*" e outro ao "*Desenvolvimento Rural Integrado*", isto como reacção às duas décadas anteriores de desenvolvimento, onde a ênfase era dada exclusivamente ao crescimento económico e à industrialização. Os "pobres" passam a fazer parte da agenda oficial do desenvolvimento sob o lema "*crescimento com equidade*", porque afirmava-se que apenas o crescimento não era capaz de reduzir as desigualdades sociais, mas sim intensificava a pobreza absoluta.

Na década de 1980 a abordagem das Necessidades Básicas perde espaço, porque se constata que os resultados que foram alcançados estavam muito abaixo dos esperados. Na década 80 os parceiros de desenvolvimento adoptam uma posição de autocrítica, criticam-se as agências de

desenvolvimento e a própria ajuda. Os doadores, incluindo as ONGs, confrontados com a situação, procuram soluções alternativas de redução da pobreza e nos finais de 1980 o microfinanciamento surge como o "salva-vidas" para a situação da crise.

Como podemos ver, a mudança aqui proposta vai de acordo com o segundo momento do debate sobre o desenvolvimento, o da mudança de abordagem do simples crescimento à situação humana do desenvolvimento principalmente ligada à ideia de "participação". Aqui, a participação é encarada como um processo activo, onde os participantes reflectem, decidem e agem como sujeitos conscientes.

Esta mudança no discurso e na prática do desenvolvimento que ocorrem a partir da década de 1970 e se enfatizam na década de 1980/90, não reflecte uma mudança de toda a ideologia do desenvolvimento, que quanto a nós implica sempre uma imposição ou uma estratégia de dominação, seja ela política, económica e mesmo cultural (atitudes, valores, crenças, racionalidades, etc.), mas sim representa o início da tomada de consciência de algumas correntes intelectuais ligadas aos países em vias de desenvolvimento que reivindicam um protagonismo no processo de desenvolvimento.

Como exemplo disso deparamos com uma abordagem virada para o continente Africano na qual se critica o "Ajustamento Estrutural", um conjunto de medidas adoptadas pelo "Fundo Monetário Internacional" e pelo "Banco Mundial" que começam a ser implementadas a partir de 1986 e que visavam alterar a situação de crise em que se encontravam os países em desenvolvimento através de mudanças estruturais das respectivas economias. Em 1989 a Economic Commission for Africa (ECA) reclamou mudanças fundamentais e transformações e não um mero ajustamento, tendo defendido o "empowerment" das pessoas e a democratização do desenvolvimento. Decidido a apontar uma solução alternativa para o continente, este organismo defendia o controlo das pessoas sobre os próprios recursos e a fórmula

encontrada foi a sugestão para a criação de instituições democráticas, tais como "créditos rurais", "serviços de agricultura", "indústrias de pequena escala", feitas dentro das comunidades locais com ênfase na participação popular (Bennaars, 1993: 89).

Muitos autores deram o seu contributo na crítica às concepções anteriores de desenvolvimento ao mesmo tempo que sugeriam uma outra visão que temos vindo a referir. Destes citamos apenas Vicent Trucker, Hugo Slim, Deborah Eade e John Freidmann. Vicent Trucker para além de criticar a ideia de "progresso" e "modernização", propõe a consideração do contexto histórico-cultural e o direito de as pessoas definirem o seu próprio desenvolvimento (In Munck, R. & O'Hearn, D., 1995:1-26).

Por seu turno Hugo Slim vê o desenvolvimento como estando acima da questão económica e encara-o como meta de todas as sociedades e não um problema do "Terceiro Mundo". Para o autor, trata-se de um processo de interdependência entre o desenvolvimento humano, que inclui a satisfação das necessidades básicas (comida, abrigo, saúde, direitos humanos) e a protecção do planeta, "é um processo que implica escolhas, controlo e acesso aos recursos e na tomada de decisões" (In Anderson, M., 1996:63-68).

Deborah Eade defende a interacção de vários aspectos da identidade social e económica, daí que o desenvolvimento tenha que ter em atenção os tipos de aliança necessários de forma a resistir da dominação cultural, resistir da dominação política e ideológica, isto é, uma estratégia virada para a erradicação da discriminação e exclusão sociais (op. cit.:5-6).

John Friedmann (1996) propõe um "desenvolvimento alternativo" assente no "empowerment" político, social e psicológico, uma humanização do processo de desenvolvimento, onde se tenha em atenção as iniciativas dos indivíduos, das famílias e das comunidades.

Estes debates quando levados ao lado pragmático assume alguns contornos com questões como as que foram levantadas por Yussuf Adam. Este autor

aponta na ocasião que o desenvolvimento, máis do que crescimento económico, modernização institucional, industrialização, avanço tecnológico, comercialização e racionalização da agricultura, monetarização da economia, precisa de ser definido em termos de acesso universal à comida, água não poluída, auto-sustento, e utilização racional do potencial humano local, regional e nacional, numa perspectiva de melhor utilização dos recursos ecológicos, e na harmonia entre o indivíduo, a família e a sociedade. (Adam,1993: 71).

A apresentação aqui feita não esgota todas as abordagens sobre a problemática do desenvolvimento que surgiram nas últimas quatro décadas, o que fizemos foi a delimitação duma abordagem que servirá para fundamentar o surgimento de uma corrente de pensamento no âmbito do debate e que vai contribuir para o incremento dos microfinanciamentos. Depois de intensas críticas feitas em relação ao papel das ONG'S, hoje a ideia prevalecente nos principais parceiros de desenvolvimento é de que para se assegurar uma melhor participação de todas as camadas no processo de desenvolvimento, a prioridade deverá ser a capacitação institucional, como forma de tornar as instituições dos governos mais eficientes e eficazes, (Barros, 1998; Valá, 1998).

III. 1. "EMPOWERMENT" Vs DESENVOLVIMENTO BASEADO NA COMUNIDADE.

Longe dos anteriores discursos que apontavam pura e simplesmente para o crescimento económico, os agentes que surgem no âmbito desta perspectiva (ONG's e Agências Internacionais) constituem as suas acções usando como justificativo a finalidade de lidar com os vários dilemas com que se depara a humanidade. A começar formulam as suas acções e reflexões sob a perspectiva duma sociedade justa, com justiça social, liberdades, bem comum, solidariedade, padrões comportamentais, necessidades básicas, desabrochar humano, etc., (Matsinhe,1999; Friedmann,1996; Alves,1996).



Olhando para as posições acima indicadas, podemos notar claramente que estamos diante duma mudança na forma como é apresentado e pensado o desenvolvimento. Estas perspectivas, viradas principalmente para a ideia de "desenvolvimento humano" e "desenvolvimento sustentado", que são a base destas discussões, são apresentadas como sendo a resposta ao fracasso das anteriores ideias que apontavam para o crescimento económico e progresso tecnológico como a base para todo o desenvolvimento.

Mas o que podemos questionar é se essas mudanças de discurso representarão uma mudança de toda a ideologia e prática que sempre acompanharam a palavra desenvolvimento? Isto é, os países mentores do desenvolvimento estarão agora dispostos a conceber mais espaço de manobra aos "países em vias de desenvolvimento" de modo a ter o seu próprio desenvolvimento?

Como resposta pode-se afirmar que embora avançando um pouco mais na abordagem sobre o que deve ser o desenvolvimento, com incidência para a valorização daquilo a que Matsinhe (1999) denomina como sendo "cultura cívica" ou "ethos social", "o compromisso e a reciprocidade mútuas" em referência a valorização das experiências locais, isso não deixa de lado a grande diferença que separa essas formas discursivas das práticas sociais realmente existentes. Deborah Eade (1998) numa das suas críticas afirmava que ainda nos encontramos distantes na criação de políticas e práticas de desenvolvimento e mecanismos institucionais que possam representar todos os interesses da sociedade.

Como tal, o "mito da participação", nas palavras de M. P. Alves (1996), acompanhou as próprias visões de desenvolvimento: desde a mobilização das pessoas para levar a cabo projectos já desenhados (quando o desenvolvimento era equiparado apenas ao crescimento); quando a "moda" passou para a consideração do índice de qualidade de vida com medidas como a redução da pobreza, distribuição dos rendimentos, educação e emprego, a participação foi sinónimo de "descentralização do aparelho

governamental"; e por fim, desenvolvimento como "a promoção do potencial humano e as capacidades da população no contexto das relações com outros grupos sociais", a participação passou a ser igual ao "empowerment".

A ideia de "empowerment" ou "consciencialização" da sociedade civil, foi desenvolvida por Paulo Freire, e constitui nas palavras de J.Clark, uma combinação de educação política, organização social e desenvolvimento de base (Alves, 1996:48).

Refira-se que estamos numa outra fase em que qualquer iniciativa de desenvolvimento é imperiosamente ligada a estas ideias, e numa forma quase que natural, também o acompanha a ideia de "desenvolvimento comunitário". Terezinha da Silva numa contribuição para o estudo das ONG's moçambicanas afirmava o seguinte: "qualquer iniciativa que vise o desenvolvimento, terá de ser baseada na comunidade, se quisermos que ela seja efectiva e sustentável" (1995:45).

Como resultado desta abordagem, incrementa-se o papel das ONG's, na implementação de políticas e projectos virados para o desenvolvimento. Grande parte das ONG's passa sucessivamente a secundar a doutrina da "consciencialização" ou "empowerment da sociedade civil", onde a insistência é numa perspectiva de intervenção social e política acompanhada por uma concepção de desenvolvimento com enfoque organizacional e comportamental, cujo alvo são as instituições e grupos sociais, numa visão política virada para a auto-determinação no mundo urbano e rural (Alves, 1996: 48-50).

A colocação aqui feita sobre a noção do "empowerment" e o incremento do papel das ONG's surge como uma tentativa de demonstração do evoluir dum novo estar na abordagem sobre o desenvolvimento, fruto de mudanças significativas nas relações entre os estados ditos desenvolvidos e os estados "não-desenvolvidos" ocorrida nos últimos 40 anos. Se antes das independências a dominação era evidente e não precisava de muitas

justificações, com as independências o processo muda de figura e havia que criar mecanismos de reformulação das relações sem que deixassem de ser de dominação dos mais "fortes" sobre os mais "fracos".

Aliado a estas noções, o conceito do "desenvolvimento comunitário" ou "desenvolvimento baseado na comunidade" surge sob a justificativa da "incorporação das forças locais ao sistema de desenvolvimento", em que se recorre a conceitos como: "dignidade do homem, sociabilidade, segurança social, igualdade entre os seres humanos", etc. Estes aspectos foram apresentados por Ammann citado por Francisco (2002:21), que enfatiza ao mesmo tempo a importância da consideração do nível local, pois *"é ao nível local onde se consegue a adesão a novos comportamentos, o envolvimento e a participação consciente de grupos cada vez maiores, em função de metas racionalmente aceites pela população"*.

Olhando para a apresentação aqui feita, entende-se melhor que a ideia de base é de que sendo ao nível local onde o desenvolvimento é mais eficiente são as ONG's que melhor o podem alcançar.

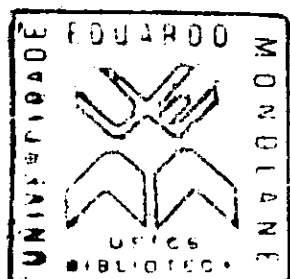
IV. ABORDAGEM SOBRE AS MICROFINANÇAS

Nos anos 1990 verifica-se a expansão de instituições dedicadas as microfinanças como resultado de experiências vindas da Ásia e da América Latina, cujo sucesso foi avaliado em termos de ganhos e/ou reembolsos, bem como em termos da "sustentabilidade" dos projectos.

A hipótese que guia este debate é defendida por Graeme Bukley segundo a qual o incremento de instituições de microfinanças em África não quer significar um impacto positivo nos supostos beneficiários nos termos propostos nos objectivos traçados por estas instituições, nomeadamente, aumento da capacidade de operacionalização de micro-empresas, aumento de ganhos e diminuição de desemprego e consequente diminuição da pobreza. Isto, segundo ainda o mesmo autor, alia-se ao facto de o indicador usado para medir o sucesso desses programas, que é o grau de "repagamento" ou reembolso, não servir para demonstrar o impacto dos mesmos nos beneficiários, mas apenas nos indicarem o reconhecimento que os beneficiários têm da necessidade de devolver o que lhes foi emprestado (Bukley, 1997:1090-1091).

Antes mesmo de avançar com o debate em volta das microfinanças, gostaria de adiantar que o ponto de partida para o incremento de instituições dedicadas as microfinanças, tem a ver com a constatação verificada nos finais de 1980 no âmbito dos debates sobre o combate à "pobreza", de que os "pobres" precisavam de créditos muito pequenos de modo a financiar o investimento e o consumo.

Colocamos o termo "pobreza" ou "pobres" entre aspas como forma de chamarmos a atenção ao facto de que o mesmo deverá ser encarado duma forma crítica tendo em conta que a sua utilização no contexto acima é feita de forma absoluta. Ao ser assim encarada, a pobreza é definida tendo como fundamento a definição do económico como "domínio de todas as actividades"



onde prevalece a articulação entre recursos escassos e meios alternativos. Realçamos por assim dizer, que a pobreza deve ser analisada no âmbito da noção de escassez que tratando-se duma noção sociológica, depende das condições sociais, históricas e geográficas na qual uma determinada sociedade está inserida, e envolve por outro lado opções, incertezas e moral.

Segundo Thomas W. Dichter (1998), a década de 1990 pode ser denominada como década de microfinanciamento, tendo-se verificado nesta década a proliferação de novos projectos de microfinanciamento maioritariamente liderados por ONG's. Para o autor a emergência da importância do microfinanciamento como campo indispensável quando se fala de desenvolvimento se deveu à mudança do lugar atribuído aos "pobres" onde de entraves ao desenvolvimento passam, a partir dos finais de 1980 e início de 1990 a ser vistos como parceiros indispensáveis para se atingir o "pleno desenvolvimento". Posição idêntica foi assumida por E. Rhyne no Seminário Nacional Moçambicano sobre Microfinanças em 2000.

G. Burkley (op. cit.) argumenta que o microfinanciamento, apareceu para África aos olhos dos doadores, como a "Revolução Verde" na Ásia na década de 60. Esta ideia é patente na intervenção de E. Rhyne já mencionado na citação anterior segundo a qual:

"(...) as microfinanças são equiparadas à "Revolução Verde", ocorrida nos anos 60, onde novas tecnologias de plantio de arroz foram desenvolvidas na Ásia e que serviram para aumentar a produtividade da terra e dos pequenos agricultores". De maneira idêntica, a microfinança envolve nova tecnologia financeira (...) Estas técnicas foram adaptadas aos mecanismos informais de financiamento. Elas ajustam-se melhor aos clientes do que as técnicas anteriores, e permitem que os serviços financeiros sejam, substancialmente, e até proveitosamente, concedidos às pessoas pobres. Como estas técnicas são adaptadas às condições locais dos países, uma "Revolução Verde" nos financiamentos está em

marcha e tem potencial para chegar tão longe nos resultados, quanto chegou a revolução verde original".

A par da evolução da nova ênfase desenvolvimentista, tem crescido o optimismo com relação às "instituições financeiras descentralizadas na ajuda ao desenvolvimento", particularmente devido a duas razões fundamentais: a importância atribuída ao sector privado como motor do crescimento dos países em desenvolvimento e a eclosão de "micro-empresários" no sector informal, associado ao sucesso atribuído a algumas instituições de microfinanças em países da América Latina e da Ásia casos do "Portosol" (RS), o "Banco do Povo de Santo André" (SP) no Brasil, o "BancoSol" na Bolívia, do "Grameen Bank" do Bangladesh, tidas como pioneiras no processo. (Toscano, 2001:2).

Todo este interesse é baseado numa única afirmação: *"as populações tradicionalmente excluídas pelo sistema financeiro formal podem ser úteis em serviços bancários comercialmente rentáveis"*. Isto entra no âmbito do discurso que tem como base a promoção das populações "desfavorecidas" de forma a participarem na actividade económica. A crença é de que quando os "pobres" passarem a ter ganhos elevados, o resultado será o incremento do investimento na educação, nutrição e bem estar familiar como consequência do aumento da qualidade de vida. Isto significa que se espera que o crédito assegure aos grupos alvo a "satisfação das suas próprias necessidades" através do aumento do rendimento familiar, tendo como base o aumento da produtividade nas actividades desenvolvidas pelos seus membros. Esta afirmação tem como pressuposto de base, a importância que se atribui à facilitação no acesso aos meios (neste caso os créditos) como elemento indispensável para a melhoria do nível de vida dos grupos alvo e, por outro lado, capacitá-los de modo a gerir os recursos de que dispõem (FDC, 1998:14).

IV. 1. ONG'S E MICROFINANÇAS

Toda a literatura dominante sobre as microfinanças, gira em volta dos ganhos que se possam ter e da sustentabilidade (ou auto-sustento) das instituições concessionárias, veja por exemplo autores como, L. Bennett, M. Goldberg and J.D. Von Pischke (1994); R. Christen, E Rhyne and R. Bogel (1994); M. Gurgand, G. Pederson an J. Yaron (1994); e M. Otero and E. Rhyne (1994) todos patentes na bibliografia.

O que se defende nesta literatura é que se devem desenhar projectos de microfinanciamento que sejam em primeiro lugar acessíveis aos "pobres" e que esses serviços devem ser assegurados por instituições ditas "democráticas" que sejam por outro lado "sustentáveis", isto é, que não necessitam de apoios externos para desenvolver a sua actividade, podendo porém serem financiados no momento de arranque das suas actividades.

Segundo Dichter (1998), a emergência do crédito como tema dominante para o desenvolvimento de empresas e o interesse no papel do mesmo pelas ONG's ocorre em finais de 1980 e também surge como a base do discurso dos doadores.

As ONG's tornam-se mais envolvidas em projectos de crédito, tornando-se assim mais evidente a ênfase dada ao microfinanciamento como instrumento de redução da pobreza. A mulher ocupa neste discurso um lugar de destaque, não só porque é considerada aquela que cumpre melhor com as obrigações junto das instituições, isto em termos de devolução/reembolso do crédito, mas porque considera-se que com o crédito a mulher seria capaz de ajudar toda a família de forma mais eficiente que o seu parceiro masculino.

Hoje o papel do microfinanciamento aparece aos olhos das ONG's e doadores como inquestionável. A chave para o reconhecimento, segundo ainda Dichter, tornou-se na forma como melhor se empresta e a quantas pessoas "pobres"

consegue-se alcançar, independentemente do impacto que esse crédito possa criar ou criar nos supostos beneficiários.

"as ONG's tendem a acreditar, quase que naturalmente, que aquilo que eles oferecem é o que é necessitado. É assumido que os "pobres" precisam de crédito, e que eles irão usar o mesmo para investir em seus "negócios", ganhar mais dinheiro, eventualmente sair da linha da pobreza absoluta" (Dichter, 1998:14).

É este ponto que será debatido neste "Projecto", questionando a afirmação segundo a qual "os pobres necessitam de crédito". O questionamento desta afirmação vai no sentido de que a tal necessidade aqui evocada não deve corresponder ao que os economistas denominam de "procura efectiva" - em referência à capacidade de os beneficiários cobrirem o crédito recebido em termos do seu desempenho económico aliado a garantias materiais.

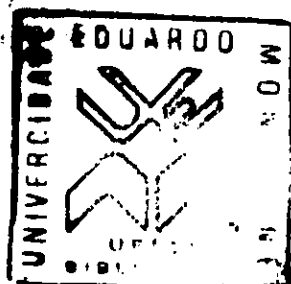
V. A EXPERIÊNCIA MOÇAMBICANA

A palavra "micro" no âmbito geral, não era usada até finais de 1980, embora havendo discussões a respeito do "Sector Informal" no qual emergiu a palavra "micro". Com a "moda" do "Alívio à Pobreza" encabeçada pelas ONG's a atenção virou para o nível pequeno da actividade económica, as micro-empresas, e daí a maioria das ONG's entram na "onda" do microfinanciamento.

Em Moçambique este cenário não fugiu à regra, tendo se verificado um incremento da actividade de microfinanciamento a partir do início da década de 1990, sendo maioritariamente encabeçada pelas ONG's. Até 1998 existiam 28 iniciativas de serviços financeiros de natureza microfinanceira, sendo a maior parte desenvolvidas pelas ONG's nacionais e estrangeiras (Estudo Sobre Microfinanças em Moçambique, 1998).

O estudo em referência acima aponta como objectivo do Governo, expresso no "Programa Quinquenal do Governo" aprovado em 1994, a "redução da pobreza". Como estratégia aponta-se o "Sistema Financeiro", como um dos instrumentos para grandes e médios empresários e empregadores e para a integração das populações de "baixa renda" onde se inclui micro-iniciativas domésticas e de auto-emprego produtivo.

As instituições microfinanceiras são definidas como ONG's e/ou instituições privadas que fornecem: i) serviços financeiros de crédito/poupança destinados às camadas pobres; ii) empréstimos ou poupanças com valores inferiores a US\$ 1000.00; iii) serviços financeiros sob a forma monetária. E se destacam três formas de actuação: i) projectos de ONG's internacionais; ii) algumas associações, cooperativas de crédito; iii) projectos de ministérios. Como havíamos feito referência acima, no rol destas experiências, o maior domínio vai para as ONG's de onde encontramos também outras categorias, nomeadamente: i) as que apenas concedem crédito; ii) as que concedem crédito e poupança obrigatória em que as poupanças obrigatórias são



depositadas num banco; iii) as que concedem créditos com poupanças obrigatórias que são utilizadas para conceder outros créditos; iv) as que pertencem aos membros, são instituições viradas à poupança, sob a forma de cooperativas, uniões de crédito, etc.

Como sinal de reconhecimento da importância atribuída ao microfinanciamento, o Governo em Conselho de Ministros aprovou o Decreto nº 47/98, em que declara a actividade de microfinanças como sendo de primordial importância para o desenvolvimento económico do país, com particular referência das zonas rurais onde vive 80% da população do país e onde é maior a incidência da pobreza (sem deixar de lado os segmentos mais pobres das zonas urbanas e peri-urbanas que não têm emprego formal).

No estudo realizado em 1998 já citado acima a maior parte das experiências até aí existentes eram constituídas por "Projectos" ou "Componentes de Projectos". Das 25 experiências registadas 17 eram levadas a cabo por ONG's nacionais e estrangeiras, sendo a única especializada a MEDA (Mennonite Economic Development Associates), Três constituíam "Organizações de Base" e Cinco eram projectos do Governo também levadas a cabo por ONG's, casos da CRER.

Todas elas (25), eram financiados por doadores, à excepção das caixas de poupança, e abarcavam um cumulativo de 28 409 clientes entre 1992 e 1997. Destes, 15 426 entre 1994 a 1997 estavam a cargo da World Relief, correspondente a 53% do total. Só em 1998 existiam cerca de 6000 clientes no rol das 15 instituições que prestaram declarações, dos quais mais que a metade, 3 323 estavam com a World Relief. Em termos gerais, o valor de crédito era inferior a US\$ 1000.00, e a maioria inferior a US\$ 500.00, e o período de reembolso ia de 3 a 6 meses, sendo a taxa de juros entre 10% a 54%. Os projectos cobriam maioritariamente as zonas urbanas e peri-urbanas.

Um estudo recente realizado pela "International Capital Corporation" (ICC) no ano 2000, considera como operadores de microfinanças existentes em

Moçambique, ONG's, Associações, Cooperativas, indivíduos ou outras instituições que fornecem serviços financeiros e/ou poupanças sob a forma monetária e de valores inferiores a US\$ 1000.00.

Segundo o estudo em referência, no ano 2000 os clientes rondavam os 15 000, quase o triplo registado em 1998, e como no estudo anterior a WR possui a maior parte dos clientes com mais de 4000 clientes activos. O grupo alvo continua a ser definido como "as camadas mais pobres da população". Citando o "Microbanking Bulletin", o estudo aponta como "target" da camada mais pobre quando o empréstimo não é maior do que 20% do PIB per capita, entre 700 a 800.000,00Mts isto referente ao ano 2000. Dentro destes clientes, as mulheres representam em média 57% dos clientes podendo atingir mais de 80% em algumas instituições e outras como a CMN e MBEU apenas com mulheres.

A metodologia comum é a de grupos auto-escolhidos, que são grupos que de principio são constituídos de forma livre pelo seus membros e variam de 5 a 30 pessoas. Isto não significa a ausência de outras metodologias, como as individuais praticadas maioritariamente pela SOCREMO. Também em termos gerais, os empréstimos iniciais a estes grupos, varia entre US\$ 20.00 a US\$ 30.00 que podem aumentar nos ciclos subsequentes até atingirem os US\$300.00 a US\$600.00 e com períodos de repagamento que variam de 3 a 6 meses, sendo as taxas de juros praticadas de 3 a 6% por cada ciclo.

Quanto as garantias, estas são na sua maioria do tipo "grupos solidários, como mecanismo de pressão para pagamento em substituição de garantias reais ou materiais. Esta metodologia não exclui a exigência de bens adicionais que são feitas principalmente quando se trata de empréstimos individuais; para além das poupanças ou contribuições obrigatórias que surgem como outro critério de garantia complementar ao primeiro.

Tal como em 1998, o estudo de 2000 aponta como principal fonte de financiamento os doadores, estando a se verificar uma tendência para alguns

operadores recorrerem a fontes comerciais como os bancos. Assim sendo o estudo aponta para cerca de 74% das instituições que dependem de parceiros de investimento, destes 76% recebem donativos para custos operacionais, financiamento e investimento e 24% recebem empréstimos para custos operacionais com períodos de reembolso de 9 a 15 anos.

VI. ESTUDO DE CASO: WORLD RELIEF- Fundo de Crédito Comunitário

A World Relief - Fundo de Crédito Comunitário (WR-FCC) foi registada em 1994 como uma Organização Não-Governamental estrangeira com actividades de desenvolvimento. Trata-se de uma organização que representa as igrejas evangélicas dos Estados Unidos da América.

A WR surge como pioneira das instituições microfinanceiras em Moçambique ao introduzir em Outubro de 1993 o programa "Community Banking" (NT: em Português Bancos Comunitários), abrangendo inicialmente o Distrito de Chókwè, na Província de Gaza. Esta actividade foi iniciada em colaboração com a sua "Unidade Técnica de Desenvolvimento de Micro-Empresas" situada em Illions - Chicago (EUA). Os seus objectivos visam *"melhorar as condições da população camponesa, pelo apoio à promoção de actividades geradoras de rendimentos e incentivo à aplicação da poupança em novos ciclos de negócio, para além da constituição de caixas de poupança e crédito ao nível comunitário"* (Doc. I, 1996, Draft).

Em 1997 a WR estabeleceu como estratégia, a posse local das operações de microfinanças assentes no programa de "Bancos Comunitários" e isso deveria ser acompanhado pela criação de uma instituição microfinanceira nacional, financeiramente rentável até ao ano de 2003, que prestasse serviços financeiros à "população pobre" Moçambicana.

Tendo iniciado as suas actividades em Chókwè, em 1996 abriu uma filial em Xai-Xai e uma sub-filial em Chibuto desde 1998, isto tudo na Província de Gaza. Também em 1998 abriu outra sub-filial em Bobole (Província de Maputo) com o financiamento da ACNUR (organismo das Nações Unidas para o apoio aos refugiados). Para além deste financiamento, e o proveniente da sua sede nos EUA, a WR recebeu um fundo da USAID (Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional), que para o efeito teve que

elaborar um "Plano Quinquenal Estratégico de Crescimento" para 1998 a 2003, no qual constam projecções financeiras para a "sustentabilidade".

Como metodologia a WR concede créditos a indivíduos organizados em bancos comunitários de 25 a 30 membros cada, as poupanças são encorajadas, mas não são obrigatórias. São feitos desembolsos e reembolsos para cada indivíduo dentro do grupo. Os primeiros créditos são desembolsados em encontro de grupo uma semana após a conclusão da formação. Os reembolsos são feitos de duas em duas semanas, também em reunião do grupo, que contam com a presença do promotor de crédito, o qual recolhe o dinheiro. Caso um membro do banco não efectue o pagamento do seu empréstimo, os restantes membros do grupo devem efectuá-lo. Se não o fizerem, o grupo não receberá créditos posteriores. Os créditos posteriores aumentam de valor em cada ciclo. Um cliente pode receber mais empréstimos se tiver poupança. O aumento para os clientes que têm poupança é a base inicial adicionada a duas vezes (2x) a poupança acumulada.

Em termos da selecção de clientes, a WR define como clientes-alvo, "pobres" que se encontram nos limites das zonas urbanas. Normalmente os clientes não devem aplicar os fundos em actividades agrícolas ou pecuárias, reservando-se apenas as áreas de comercialização (legumes e bens de consumo), serviços de pequenas reparações e outras áreas de serviços, desde que obedeçam ao princípio básico da "grande rotatividade de stocks". A exigência inicial é que a pessoa tenha uma experiência em qualquer das áreas de actividade passíveis de financiamento, principalmente de pequenos negócios. A formação (também denominada por consciencialização), surge também como um dos pré-requisitos para a elegibilidade e figura para a instituição como o factor que determina o sucesso do programa avaliado em termos de níveis de reembolso que segundo dados disponíveis situa-se entre os 97% e 100%.

Em termos de clientes a WR-FCC surge como a instituição que mais clientes acolhe, tendo em 1998 atingido os 53% do total. Em 2000 possuía cerca de

26% do total registado. Desses clientes, mais de 70% eram mulheres assim subdivididos, 40% no comércio Informal, 25% camponesas, 25% pequenas indústrias diversas e 10% serviços variados.

VI. 1. A EXPERIÊNCIA DE XAI-XAI

A WR opera em Xai-Xai desde 1998, e conta actualmente com cerca de 900 clientes na área do microfinanciamento. Já mencionamos acima que a WR de Xai-Xai é uma filial cujo representante ou delegado responde pelas sub-filiais de Xibuto e Manjacaze.

A WR opera com 9 pessoas, sendo apenas 7 as que directamente lidam com o microfinanciamento, desde os promotores incluindo o delegado. Tem a particularidade de apenas mulheres trabalharem como promotores.

Em termos gerais, os clientes desta instituição são submetidos a uma formação antes da sua admissão para se beneficiarem dos microfinanciamentos. Segundo o responsável local, "a formação abrange a questão do negócio, saber qualificar e diversificar os produtos, a exposição consoante a época do ano e também ensinamos a economizar o dinheiro através da poupança para o bem deles". Trata-se de uma formação com a duração de 6 semanas, com recurso a panfletos e é feita em língua local. As pessoas não precisam levar material didáctico.

E recorrendo ainda a explicação do Delegado, *"a formação é a identificação da instituição, apresentamos a instituição, as modalidades de empréstimo, propomos os produtos que tenham saída de modo que eles tenham rendimentos"*.

VII. METODOLOGIA

J. Van Velsen (1967:129) sugere-nos que os métodos de pesquisa de campo são de certa forma influenciados ou orientados pela nossa opção teórica. Partindo deste ponto apresentamos a reflexão em torno da metodologia usada na recolha e tratamento dos dados.

A preocupação aqui passa por analisar as representações e as estratégias dos agentes sociais dentro do campo de relações em que estão envolvidas duas lógicas que consideramos opostas mas de certa forma interligadas, a lógica do mercado (microfinanciamentos) e a lógica não-mercantil (relações no interior do grupo doméstico e grupos de indivíduos).

Partindo deste ponto é necessário encarar os discursos como objecto de análise e considerar as condições de produção desses mesmos discursos. Isto passa por prestar atenção às opiniões e interpretações dos vários agentes envolvidos dentro do mesmo campo de acção, como forma de correlacionar os vários comportamentos e interpretações dadas em torno dos mesmos. O que está aqui dito, é a preocupação com processos sociais, num espaço social de lutas simbólicas.

Segundo o fio que temos vindo a seguir esse espaço corresponde ao ponto de "colisão" entre as duas lógicas as quais, segundo Yañez Casal, é necessário que analisemos as dinâmicas internas, horizontais e verticais, onde se manifestam as principais contradições, revelam as clivagens entre os diferentes aspectos do desenvolvimento e das práticas sociais, entre correspondências e discordâncias, entre continuidades e incompatibilidades, as estratégias e os conflitos entre sistemas, grupos e indivíduos. (1996: 12).

Para além disso, há que analisar as "redes de relações" que os agentes estabelecem no conjunto das suas acções. Bourdieu (1997:58) considera "redes sociais" como a matriz de relações objectivas entre diferentes agentes sociais e entre grupos. J. A. Barnes por sua vez atribui importância ao estudo

das "redes" por nos permitirem a análise e descrição de processos que envolvem conexões que traspassam os limites de grupos sociais. Barnes considera que a rede deve ser usada quando estamos diante dum campo social específico no qual a rede de laços sociais entre pares de pessoas se origina a partir de considerações de parentesco, afinidade, amizade e reciprocidade (1969:51-71). Para reforçar a nossa sugestão, recorreremos ainda a Loforte (2000:63) quando utiliza o conceito de redes para visualizar as relações de vizinhança, tidas estas como proximidade espacial em termos de residência ou trabalho, circunscrita numa relação específica ao mesmo espaço.

Esta pressuposição defendida por estes autores enquadra-se no nosso modelo de análise, ao procurarmos compreender que elementos do espaço da "economia não-económica" são usados de modo a que os beneficiários dos projectos de microfinanciamento sobrevivam dentro da lógica das microfinanças.

Tratando-se de um "Projecto de Pesquisa" foi opção nossa a realização de uma pesquisa de campo "exploratória" complementada pela consulta dos materiais produzidos pelas instituições e agentes (consultores, doadores e governo) das microfinanças, onde se incluem Directórios, Projectos, Programas, Relatórios e outros documentos passíveis de serem consultados, como esforço de tentar mapear as linhas de força dos mesmos, correspondentes às metodologias, áreas de actividade, contextos sociais e geográficos, estratégias e enfoques. Para além deste material procedeu-se à consulta de algumas obras de autores que fazem análise das acções destes organismos.

Ao realizarmos um trabalho de pré-inquérito com grupos de beneficiários dos programas/projectos de microfinanciamento ligados à Organização Não-Governamental World Relief, tivemos como meta a formulação de questões sobre a nossa problemática. O objectivo principal foi o desenvolvimento das hipóteses e uma familiarização com a prática ou fenómenos em questão, isto



pressupondo a realização duma pesquisa futura na qual serão aprofundados os elementos levantados neste projecto. Deste modo optou-se pela Cidade de Xai-Xai, por nela estar a decorrer um projecto de microfinanciamentos actuando sob a forma de "Bancos Comunitários", onde o procedimento que se segue é a responsabilização de toda a "comunidade" que constitui uma determinada cooperativa ou grupo, quanto à concessão do crédito a cada um dos seus membros assim como a sua devolução. A Cidade de Xai-Xai surge como um espaço de observação dentre muitos existentes com as mesmas práticas, o que significa que o mesmo fenómeno poderá ser observado em outros locais.

O pré-inquérito teve a duração de aproximadamente 20 dias, nos quais para além da observação empírica (directa) de alguns elementos passíveis de observação, foram levadas a cabo entrevistas em profundidade (no sentido em que fizemos mais que uma entrevista com a mesma pessoa), das quais constam os responsáveis pelas instituições que implementam os projectos e com grupos de pessoas pertencentes a vários "Bancos Comunitários".

Usamos como procedimento a "observação directa não-participante". A observação (ver, ouvir e examinar os factos ou fenómenos) constitui uma técnica fundamental para a antropologia porque ajuda a identificar e a obter provas a respeito dos objectivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência mas que orientam o seu comportamento (Lakatos et al., 1991).

O termo "não-participante" mencionado acima apenas serve para referir que embora o pesquisador tenha entrado em contacto com o grupo ou realidade estudada, a sua presença resumiu-se na observação e questionamento dos fenómenos, não tendo sido possível o envolvimento nas situações observadas. Para além da observação não-participante recorreremos também a entrevistas "não-estruturadas", onde embora tivéssemos um conjunto de questões previamente elaboradas, privilegiamos mais a abordagem das questões por temas nas quais o entrevistado poderia expressar suas opiniões e sentimentos cabendo a nós a tarefa de incentivar e insistirmos naqueles assuntos que

achamos pertinentes. Isso ajudou-nos a captar um conjunto de aspectos que nos permitiram explorar mais amplamente as questões.

Ao longo dos 20 dias de pesquisa de campo, realizamos 12 entrevistas, sendo 3 com responsáveis pela implementação dos projectos de microfinanças e 9 com beneficiários dos mesmos dos quais 7 mulheres e 2 homens. As entrevistas com os beneficiários aparecem como complementares à observação porque elas foram realizadas após a participação nos encontros entre os promotores de crédito e os beneficiários nos quais estivemos presentes. Foram no total 5 encontros que presenciamos tendo seleccionado nos primeiros 3 encontros 3 beneficiários, no quarto também 3 e por fim 3 no último encontro. Esta metodologia surge como consequência das dificuldades encontradas no terreno na identificação dos beneficiários dos microfinanciamentos isto porque nos apercebemos da existência de um certo "sigilo" em termos da divulgação de informações ligadas a esta área por parte das instituições.

Só para citar alguns exemplos das dificuldades que enfrentamos nos primeiros dias, tivemos que aguardar durante 8 dias após à chegada ao terreno para o início das actividades. Deste modo e tendo em conta os fundos disponíveis no momento, conjugados com o tempo programado para a realização do pré-inquérito, tivemos que alterar o programa previamente elaborado.

Deste modo apenas restavam dos 20 dias programados apenas 12 dias, que se transformariam em 10 pelo facto de só estar autorizado a fazer entrevistas aos beneficiários na companhia dos promotores da ONG, o que não era possível aos fins de semana. É precisamente esta última exigência que ditou a opção pela metodologia de selecção dos entrevistados e estes foram escolhidos em primeiro lugar em conformidade com o desejo de o entrevistado prestar a sua declaração o que de certa forma foi positivo porque verificamos a vontade de todos em falarem sobre as suas experiências. Isto também foi positivo por ter permitido uma aceitação fácil por parte dos beneficiários.

VII. 1. ANÁLISE DE DADOS PRELIMINARES

a) PONTO DE PARTIDA PARA ANÁLISE

O propósito deste ponto é trazer uma reflexão quanto à possibilidade de análise do problema levantado, tendo como referência um campo de estudo com características específicas, contudo não exclusivas, que podem dar azo a uma futura investigação. O objectivo não é trazer resultados conclusivos, pelo contrário, trata-se de levantamento e aprofundamento das hipóteses, definição e construção empírica do objecto de estudo. Deste modo as informações constantes neste ponto são resultado do cruzamento de leituras de outros trabalhos que têm como referência o mesmo espaço sócio-geográfico, nomeadamente H. Junod, José Feliciano e Ana Loforte e da pouca experiência de campo que tivemos. Esta prática justifica-se pelo nível de exigência académica aliado ao tempo exíguo disponível para a realização do trabalho de campo. Daí que todas as lacunas que forem observadas neste capítulo devem ser analisadas no âmbito de um "projecto de pesquisa" cuja pesquisa está por se realizar.

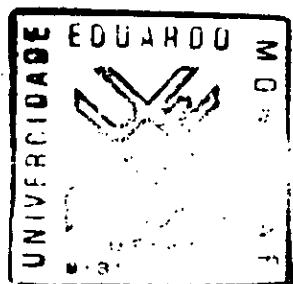
Escolhemos como campo de estudo o Distrito de Xai-Xai pelas razões já apontadas na justificação metodológica. Este distrito localiza-se na zona central da Província de Gaza, à Sul do Rio Save que faz parte das três províncias que constituem o Sul de Moçambique, sendo as outras Inhambane e Maputo. Constitui por assim dizer uma das regiões descritas por H. Junod (1996) como fazendo parte do universo TSONGA (Thonga segundo Feliciano:1998). Dista cerca de 206 Km da Cidade de Maputo, e é atravessado pela Estrada Nacional nº 1, que constitui a ligação Norte-Sul de Moçambique. Segundo a Divisão Administrativa, o Distrito de Xai-Xai não inclui a cidade com o mesmo nome por esta ter se transformado numa Cidade Municipal a partir de 1999, altura da realização das 1^{as} Eleições Autárquicas, mas por questões de análise nós incluímos a Cidade de Xai-Xai como parte de todo o Distrito.

A apresentação desta região como constituindo o universo Tsonga ajudará a construir um modelo de organização social das suas populações que nos permitirá fazer uma ponte com a realidade actual. Isto porque temos vindo a afirmar que a análise e compreensão de qualquer grupo deve ser feita tendo em conta o contexto no qual faz parte.

Em termos de organização administrativa, o distrito é composto por três Postos Administrativos, nomeadamente Chongoene, Zongoene e Chicumane e a Capital do Distrito que coincidentemente é a Capital da Província (Xai-Xai), sendo que actualmente possui o estatuto de Cidade Municipal. É habitado maioritariamente por uma população falante da língua Changana com alguma incidência do Chopi. Pela importância que assume na organização social realçamos o facto da existência duma grande diversificação das suas populações fruto de histórias seculares de migrações.

Na história recente, embora prevalecendo deslocações à África do Sul, sobressaiu o movimento provocado pela última guerra que terminou em 1992 e que fez deslocar muitas pessoas do interior da província para a proximidade dos centros urbanos. Finda a guerra, a procura de melhores condições de vida foi intensificando ainda mais este tipo de movimentos do campo à cidade. O campo referenciado aqui inclui para além dos distritos circunvizinhos, alguns distritos da província de Inhambane. A maioria dos inquiridos afirmaram não serem naturais do Distrito, destacando os que se deslocaram por motivos da guerra. Esta situação teria implicado na destruturação das anteriores alianças baseadas no parentesco, passando a constituir-se um outro tipo de alianças, agora viradas para as proximidades de residência ou proveniência comum.

O Distrito apresenta na sua configuração geográfica duas áreas distintas, uma rural onde a actividade predominante é a agricultura e uma outra urbana onde predomina o comércio informal com alguma incidência da agricultura. Segundo o "Perfil de Desenvolvimento Distrital" realizado em 1997, a área cultivada pelo sector familiar apontava para 24.780 hectares que corresponde a 14% da área total do distrito sem incluir a cidade de Xai-Xai.



Em termos de infra-estruturas sociais, a área do distrito incluindo a Cidade de Xai-Xai, apresenta a maior concentração de hospitais, com um Hospital de nível provincial, 1 hospital rural e tantos outros Centros e Postos de saúde. Em termos de educação, possui uma escola Secundária Geral que lecciona até ao 12º ano, 1 Escola agrária de nível básico, cerca de 10 escolas de Ensino Primário do 2º Grau, e quase uma centena que leccionam o Ensino Primário do 1º Grau.

A actividade preponderante é o comércio informal, onde existem cerca de dois grandes mercados conhecidos ao nível do distrito, 1 que se localiza na Cidade de Xai-Xai e o outro no Posto administrativo de Chongoene, e um conjunto de tantos outros que ocupam esquinas, sombras das árvores ou mesmo os quintais das casas. A agricultura aparece em 2º lugar, mais ligada às pessoas que se encontram em locais do distrito ainda pouco urbanizadas. É ao nível do distrito onde se encontra a maior oferta de emprego formal ao nível de toda a província, por nela se concentrarem todas as representações governamentais ao nível da província, a representação do distrito, as entidades municipais, lojas, hotéis e estâncias turísticas, empresas de construção, instituições bancárias, ONG's, e vários outros interesses empresariais.

Pode ser considerada antiga a forma de integração do grupo nas relações de produção mercantil o que pode ter influenciado sobremaneira a organização social desta região. Esta integração ganha maior visibilidade no período colonial onde as populações aparecem ligadas à economia de mercado através do trabalho forçado nas grandes plantações de colonos brancos, para além do fornecimento da mão-de-obra ao capital mineiro Sul-Africano e o fornecimento do seu excedente para as exportações (Feliciano, 1996:286). Esta situação deixa antever um passado histórico ligado ao mercado mas fundamentalmente baseado na estrutura social e cultural local.

b) Situação Social

A seguir passamos a descrever uma situação de encontro entre os beneficiários de microfinanciamento e uma promotora de crédito pertencente a esta instituição, ocorrida em diferentes situações à cerca de 10 Km da Cidade de Xai-Xai, mais precisamente no Posto Administrativo de Chongoene (ver o mapa em anexo). Tratou-se do primeiro dia de contacto com os beneficiários e a primeira situação refere-se a formação dos dirigentes dos "Bancos Comunitários", a segunda situação refere-se a um encontro para cobrança e a terceira trata-se de uma formação de candidatos ao crédito.

Com esta descrição pretendemos sugerir a possibilidade de "*registo de situações e comportamentos específicos dos indivíduos como agentes sociais*" inseridos dentro dum quadro de relações sociais, segundo sugestão de Van Velsen (1967). Isto porque se trata de uma metodologia que achamos pertinente para o prosseguimento deste trabalho por permitir também a apresentação de "*contextos de relacionamento*" que são de extrema importância no tipo de análise proposto neste "Projecto" que é de correlacionar lógicas diferenciadas. Por seu turno M. Gluckman (1958: 1-4) defende a importância da descrição das "*situações sociais*" (eventos) pois a partir destas se pode abstrair a estrutura social duma determinada sociedade e relações sociais nela estabelecidos assim como as suas instituições. De facto ao apercebermo-nos das várias questões que iam sendo colocadas no decorrer dos encontros que presenciamos, despertaram-nos a atenção alguns elementos que abaixo passamos a mencionar. Os episódios descritos são acompanhados de questões de reflexão que permitirão visualizar o conjunto de elementos que quanto a nós concorrem para a compreensão da problemática levantada.

Chegamos ao local onde se realizaria o encontro. Fomos recebidos respeitosamente por um senhor que se encontrava à espera da chegada da promotora de crédito ligada à instituição (WR). Num edifício mal acabado, que me pareceu que irá servir de estabelecimento comercial, mas ainda sem

portas nem janelas, havia cadeiras bem arrumadas. Numa ponta, o local reservado para a senhora que ia na sua companhia, que é a promotora de crédito da WR, havia uma mesa de madeira coberta por um pano de capulana e por detrás uma cadeira distinta da maior parte que lá se encontravam. Era de madeira com encosto comprido que ultrapassa a pessoa que nela se senta e ostentava forros de "napa" de cor vermelha. As outras cadeiras que se encontravam logo em frente da mesa eram de plástico e de cor branca e mais ao fundo da sala, alguns bancos de madeira em número de três onde podiam se sentar cerca de 7 a 10 pessoas. Esta disposição da sala fez-nos pensar logo na existência de hierarquias que são traduzidas no espaço físico. Isto porque para além da disposição das cadeiras, logo em frente da mesa da promotora sentam-se as pessoas que me pareceram mais influentes nos grupos, nomeadamente os seus responsáveis, destacando-se neles os homens.

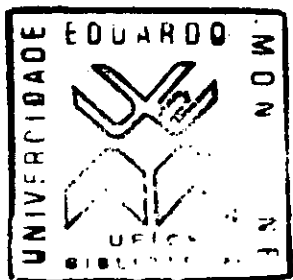
Entramos na sala, a promotora tomou o seu lugar tendo-me oferecido uma das cadeiras brancas. No local para além de nós os dois, já se encontravam mais dois senhores que vinham ao encontro. O primeiro encontro era reservado aos responsáveis dos bancos comunitários e vinham frequentar num curso no qual lhes seriam ensinados as modalidades de preenchimento das fichas de pagamento porque se estava num processo de introdução de novas metodologias de trabalho em que seriam os próprios responsáveis a fazerem as cobranças das prestações/repagamentos.

Já eram 10.00h quando se anunciou o início das actividades e no local haviam 3 senhores, todos responsáveis dos seus respectivos bancos. O encontro começou com uma oração com o seguinte teor: "*Ó Senhor (Deus), nos acompanhe durante este encontro, abra as nossas mentes para uma melhor aprendizagem das lições*". A oração foi orientada por um dos participantes no encontro por sinal o mais jovem. Seguiu-se depois a distribuição do material didáctico que vinha numa sacola que se foi buscar algures perto do local em que nos encontrávamos. O material era constituído por máquinas calculadoras, lápis de carvão e borrachas. O que fica por saber é qual é a influência do

aspecto religioso no contexto local e na própria instituição, integrado na dinâmica do microfinanciamento? Pelo que nos apercebemos, a instituição não possui nenhuma igreja embora a sua base seja de carácter religioso cristão. O que podemos adiantar é que estamos em presença de um elemento a mais para além do que vínhamos mencionando na nossa problemática, o aspecto religioso que está para além da lógica económica e da lógica da própria comunidade. Pelo que me ocorreu desta intromissão do aspecto religioso cristão, poderá tratar-se de apelo a "solidariedades comunais" assente num outro tipo de relacionamento social. Loforte (2000:136) dizia a propósito da crença cristã que esta assenta na pregação de preceitos como "bem estar da humanidade", pela cura de doentes e pela salvação de todos, mas principalmente virada para a definição de códigos de comportamento e ao banimento de práticas nefastas ao grupo, fazendo instaurar uma forma diferente de solidariedade e de fraternidade entre os envolvidos.

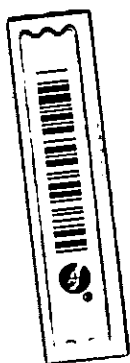
Pelo que fiquei a saber no decorrer do encontro, esta formação era diferente das restantes porque envolvia pessoas letradas sendo que a missão dos formandos no futuro seria a de registar as contribuições dos componentes dos seus grupos. Enquanto se fazia um compasso de espera a ver se chegavam mais pessoas, iam se contando alguns contos populares e todos se relacionavam com o uso de dinheiro. Apontamos a seguir alguns extractos de alguns aspectos retirados desses contos que poderão servir para ilustrar a reprodução da "moeda" na cultura local:

"Uma senhora cujo marido nunca tinha auferido uma grande soma em dinheiro. Num desses dias a empresa na qual o dito marido trabalhava decidiu subir o salário do senhor para um valor muito elevado que a senhora nunca sonhara ver numa única vez. Quando o marido chegou à casa com o valor, apresentou-o à sua esposa. A senhora emocionada, chamou a vizinhança no dia seguinte. Tinha posto o dinheiro sobre a cama. E pôs-se a gritar: "olhem para isto, não acham que isto é um mau sinal. Vejam este todo dinheiro que até cobre toda a cama..., acham isto possível? Venham, toquem para ver que é verdadeiro, inclusive já



começamos a gastar, dirijam-se à cozinha que tem lá panelas cheias de carne que não conseguimos acabar, podem consumir..."

Logo a seguir começou o encontro que consistia na forma de preenchimento da "ficha de pagamento". A ficha comportava as seguintes rubricas: a) Pagamento Total; b) Capital e Juros pagos, que corresponde a taxa programada em função do valor do crédito incluindo os juros distribuídos pelo número de prestações (que no caso desta instituição são 8 prestações); c) Juros de Penalização, correspondente a 2,5% sobre o valor da dívida ao 8º pagamento (último), no caso em que o cliente chega a esta fase sem ter completado as suas prestações - neste caso, no fim do ciclo se a pessoa estiver em dívida deduz-se da poupança mas para aquelas situações em que a pessoa não tem poupanças suficientes que possam cobrir a sua dívida, o valor é deduzido da poupança do banco (contribuição dos restantes membros do grupo); d) Poupanças Transferidas, nesta rubrica fiquei a saber pelo debate ocorrido no local que ao 7º pagamento (correspondente à 14ª semana após a recepção do crédito) faz-se a cobrança, a proposta das modalidades de pagamento da última prestação (em termos de valor e a via pela qual a pessoa irá proceder o pagamento que pode ser a contribuição normal ou a poupança acumulada) e também que se faz a proposta para os valores que cada beneficiário irá receber no ciclo seguinte; então as poupanças transferidas correspondem ao valor da poupança que foi transferido para cobrir as prestações.



Desta lição poder-se-á questionar sobre a capacidade de compreensão deste processo por parte dos formandos e de outros beneficiários de microfinanças que são submetidos a formações similares. Isto como forma de captarmos a influência destas lições na lógica de utilização dos créditos por parte dos beneficiários.

Depois destes esclarecimentos um dos participantes colocou uma preocupação que disse assolar o seu grupo: a existência de um mau relacionamento entre os membros do grupo no qual ele faz parte. Este aspecto

disse afectar principalmente as pessoas indicadas como responsáveis dos grupos; segundo ele, há uma tendência de as pessoas elegerem indivíduos para a direcção dos grupos como forma de punição ou mesmo "prova de fogo" principalmente daquelas pessoas que falam demais nas reuniões. Para além do receio que pairava neles no que se refere à responsabilidade que passariam a assumir. O principal factor apontado para tal receio é o facto de as pessoas não assumirem a responsabilidade de, uma vez levantado o dinheiro, terem a preocupação de devolver o mesmo a tempo, já que sabem que a sua dívida pode ser coberta momentaneamente pelo grupo. Com estes elementos poderemos questionar o tipo de relações que são pressupostas à constituição dos grupos? Isto porque se o princípio básico da constituição dos grupos definido pela instituição é a liberdade de opção dos próprios indivíduos, o que estará em jogo na escolha e no relacionamento entre os vários membros? E qual é a representação que se tem sobre a chefia? E em relação à instituição? Com as respostas obtidas destas questões julgamos ser possível captar a dinâmica interna dos grupos de beneficiários no seu relacionamento com a instituição concessionária.

Nisto a promotora continuou dizendo: *"há uma necessidade de se escolher para a direcção dos grupos pessoas capazes de escrever de modo a preencher os formulários, porque se está numa fase de descentralização dos serviços que passa por uma maior responsabilização dos próprios membros dos grupos e principalmente daqueles que constituem a direcção"*.

A única mulher que se encontrava no local, lamentou o facto de no seu grupo existir uma dívida que provinha do 1º pagamento e na altura se encontravam no 7º pagamento. Esta situação teria prejudicado as poupanças dos outros membros do grupo já que teve que se retirar das suas poupanças o que os outros membros deviam. Como forma de colmatar a situação a mesma senhora sugeriu aos presentes para que passassem a exigir algum tipo de garantias para aqueles membros considerados "delinquentes" para no caso de se verificar uma "delinquência" contínua proceder-se à penhora dessas garantias. Fiquei a saber que delinquência é um termo técnico usado para

referir aquelas pessoas que faltam ao pagamento. Depois destes comentários, e como se aproximasse já das 11.00h, momento marcado para a entrada de outro grupo, deu-se por terminado o encontro e tal como iniciou, fez-se uma oração de agradecimento a Deus por ter estado presente durante o encontro. Daqui poderemos retirar alguns aspectos, o primeiro é o a presença de apenas uma mulher quando se tratou de encontro dos dirigentes dos grupos sabendo que os beneficiários são na sua maioria mulheres. Dos cinco grupos observados, com cerca de dois a três homens cada, num universo de 15 a 20 mulheres, verificou-se uma tendência para se indicar o homem com responsável superior do mesmo, podendo ser acompanhado por mulheres nos lugares subsequentes. Os outros aspectos já mencionados acima são, a dinâmica dos grupos de beneficiários e a preponderância das orações de carácter religioso cristão.

Às 11.10h entrou na sala um outro grupo que ia proceder ao pagamento. O responsável deste era a senhora que fiz referência acima. As pessoas foram chegando uma por uma, maioritariamente mulheres. A 3ª chegou 20 minutos para além da hora marcada e o encontro estava marcado para as 11.00h. Ela justificou-se dizendo que esteve no enterro de um vizinho que falecera um dia antes vítima de doença prolongada. De facto uns 10 minutos antes da senhora chegar ao local havia passado um grupo de pessoas perto do local em que nos encontrávamos que fiquei a saber que vinham do cemitério local onde teriam realizado um enterro. A promotora continuou a insistir com a senhora, se depois de acompanhar as cerimónias fúnebres teria passado da casa onde acontecera o infortúnio para tomar um chá. É prática nesta região tomar-se um chá depois de acompanhar o morto à sua última morada. Mas a senhora disse que não, que não pensou que a cerimónia fosse demorar e por isso teria deixado o dinheiro em casa e no fim do funeral teve que ir buscá-lo. Foram chegando as outras pessoas que a pouco e pouco enchiam a sala. Depois de presenciar estes episódios sai da sala para uma conversa com alguns beneficiários em número de três, todas mulheres. As três entrevistas duraram até as 13.00h altura em que iria iniciar a formação de um grupo de pessoas que pretendiam ingressar nos bancos comunitários. Deste episódio se pode

retirar algumas reflexões, como por exemplo, que tipo de dinâmicas regem os beneficiários na sua esfera doméstica junto das vizinhanças e qual é a importância que se atribui à participação em cerimónias. Isto nos pode permitir visualizar as várias redes de relações que se estabelecem no conjunto das práticas sociais.

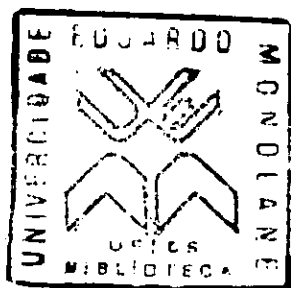
Eram 13.10h quando iniciou a sessão. Tal como nos outros dois encontros, este também iniciou com uma oração de louvor a Deus. Houve um momento de indecisão porque ninguém queria assumir a responsabilidade, até que um dos senhores decidiu avançar. Desta vez a oração ia no sentido de o "Senhor Deus" abrir as mentes dos participantes de modo a terem uma boa aprendizagem e que no fim do curso os guiasse na melhor utilização dos fundos a serem disponibilizados pela instituição.

No fim da oração a promotora procedeu ao controlo das presenças e inscrição das pessoas que apareciam pela primeira vez. Depois de verificar que algumas pessoas não estavam presentes, a promotora apelou aos presentes para participarem com frequência nos encontros de formação, cuja duração é de 6 sessões distribuídas por igual número de semanas. Segundo a promotora era imperioso que as pessoas participassem em todas as sessões, pois estariam em condições de assumir a responsabilidade de trabalhar com a instituição pelo facto de estarem suficientemente informadas de todos os procedimentos e exigências da instituição.

Findos esclarecimentos a promotora pediu a um dos participantes para proceder ao resumo das sessões anteriores. Havia no local 18 participantes, sendo 5 homens e os restantes mulheres. Um dos participantes procedeu ao resumo exaustivo das sessões anteriores. Foi o mesmo que fez a oração de abertura. Segundo ele, na primeira sessão falou-se sobre o nome da instituição a FCC, o seu significado e os objectivos; no segundo dia falou-se sobre os princípios da organização e a proveniência dos fundos, que no caso trata-se dos EUA; na 3ª sessão o enfoque foi para os valores a serem disponibilizados, as prestações, os juros e as poupanças.

Notou-se ao longo do encontro uma tendência de incutir nos beneficiários uma mentalidade referente à formas de utilização do dinheiro, principalmente que o valor a ser recebido deveria ser usado exclusivamente para desenvolver os negócios e não para o consumo da casa. O que podemos questionar é se haverá, no contexto da lógica local, a consciência da separação rigorosa dos fundos destinados à casa dos fundos destinados ao negócio? Isto porque aventamos a hipótese de que todo aspecto económico das comunidades está assente no princípio da lógica local que tem como bases as estratégias de sobrevivência que se consubstanciam num envolvimento total de todos os membros do grupo doméstico. Completamos esta asserção com o fundamento de Feliciano (1996:289) segundo o qual, o dinheiro é usado muitas vezes em transações não comerciais, como investimentos matrimoniais (lobolo) e sociais (presentes e bebidas) na rede de parentes e aliados. Mas por outro lado, também a lógica da afirmação da riqueza consideramos que seja manifestada no âmbito do sistema económico social sob a forma de redistribuição que, segundo ainda Feliciano (1996:40), muitas vezes essa redistribuição é feita de forma ostentatória como afirmação de poder e generosidade, criando desse modo influência e dependência como forma de alargamento e consolidação das redes sociais.

Continuando com a descrição do encontro de formação, a promotora prosseguiu com a exibição de cartazes que ilustravam algumas actividades: pequenos negócios, fabrico de pão, oficina de pequenas reparações; outros dois que ilustravam a criação de aves e alguém trabalhando na agricultura, tendo pedido a opinião dos presentes sobre as duas últimas actividades. O que foi dito pelos participantes de forma unânime foi que as duas actividades eram de grande risco por não permitirem um reembolso rápido de forma a responder às exigências da instituição. Mas aqui há que questionar este mercantilismo exagerado, onde tudo deverá passar pelo processo de compra e venda, porque sugerimos que a instituição económica para sobreviver precisa de estar assente em outras instituições não-económicas, sociologicamente



determinadas, as quais envolvem estratégias sociais hierarquizadas em relações de poder e assentes numa competição no âmbito social.

Em continuação da apresentação do episódio, logo depois a promotora quis saber se todos que se encontravam na sala se conheciam: em resposta as pessoas afirmaram que nem todos se conheciam por pertencerem a bairros diferentes. Aí a promotora procedeu à explicação de como deveria ser a forma de selecção das pessoas a fazerem parte dos grupos. E para isso exibiu alguns cartazes: *"pessoas de confiança que podem ser vistas pelo comportamento ou atitudes; serem pessoas que vendem no mesmo mercado; vizinhos ou pessoas que rezam na mesma igreja ou que trabalham no mesmo local"*. Aqui fica a chamada de atenção para a observância do tipo de relações que são estabelecidas entre os membros, e qual é a sua relação com a estrutura social local? Isto porque como notamos acima, como será possível que pessoas que apesar de não residirem no mesmo bairro, admitirem a possibilidade de se conhecerem por pertencer à mesma zona? Aqui ocorre afirmar que estamos em presença de redes de relações interligas por laços de vária ordem que deverão ser melhor exploradas. Para além do facto de se procurar saber que valores estarão subjacentes na constituição dos grupos por parte dos beneficiários.

A promotora proferiu uma frase que pode ilustrar o espírito do que é a exigência do FCC: em changana - *"A Male Leyi A Yina Mavabui, A Yina Ku Feliwa, A Yina Kuyenzeliwa"*, o que em português significa: *"a gestão deste dinheiro não pode ser afectada por doenças, por falecimentos e nem por qualquer viagem"*.

Depois destes comentários seguiu-se ao encerramento da sessão, depois de se proferir uma oração de agradecimento, já eram quase 15.00h.

Para além dos depoimentos dados pelos beneficiários com quem entramos em contacto registamos também duas situações que poderão ser elucidativas do

que acabamos de afirmar, principalmente no que se refere ao mecanismo de responsabilização:

Situação 1: estava eu sentado na WR aguardando pela chegada do Delegado que me daria o plano de actividades para esse dia. Bem perto de onde me encontrava estavam 4 pessoas sendo 3 senhoras e 1 homem. O homem era o chefe de um "grupo" de beneficiários. Duas das senhoras, faziam parte do grupo directivo e a outra, que era a razão daquele encontro, apresentava-se fraca sinal de quem acabava de sair de uma doença. Fiquei a saber pelas conversas que iam decorrendo entre o grupo e uma promotora de crédito que a senhora em alusão havia ficado doente e como tal não teria conseguido pagar o valor atribuído. Os restantes membros do grupo teriam restituído o valor na ausência dela e como se mostrasse em melhores condições o debate era no sentido de saber se à senhora lhe seria admitida a possibilidade de voltar a se beneficiar dos créditos. Como a senhora não tivesse o dinheiro em causa para repor o que os outros membros haviam pago, a sugestão foi de que ela deveria procurar outras fontes de financiamento de modo a restituir o valor em dívida, a promotora sugeriu por outro lado a reconstituição do grupo fazendo entrar mais dois elementos.

Situação 2: os membros do grupo que participaram do encontro de cobrança, os quais fiz referência na situação 2 mencionada acima, permaneceram no local até o momento em que terminou o encontro de formação que tenho vindo a descrever. O motivo da permanência no local foi o facto de um dos membros do grupo não ter comparecido no acto de pagamento e como não houvesse ninguém que pudesse dar esclarecimentos a respeito dessa ausência, os restantes membros deviam permanecer no local até que se procurasse uma saída, posto que a promotora só sairia do local com o dinheiro completo. Estando a passar da hora, o consenso foi de responsabilizar os responsáveis do grupo no sentido de procurarem a pessoa ausente e no dia seguinte deveriam levar o dinheiro à instituição. De facto quando me dirigi à instituição no dia seguinte havia lá 3 senhoras das que vira no dia anterior e informaram

que vinham trazer o dinheiro do membro que faltara. Tiveram que ir até à sua casa durante a noite e obrigaram-no a tirar o valor em causa.

Para terminar esta apresentação, aventamos a possibilidade de que o apelo à solidariedade de grupo como critério de garantia dos créditos ocorre, quanto a nós, pelo facto de a instituição adoptar uma filosofia de redução dos custos de operação, bem como uma estratégia que visa correr o menor número de riscos no que toca aos pagamentos dos créditos por parte dos beneficiários. Isto porque a metodologia adoptada passa pela responsabilização do grupo. Tal como referimos acima, os empréstimos são concedidos na presença de todo o grupo ocorrendo o mesmo também com os repagamentos. São os restantes membros dos grupos que têm a responsabilidade de repor o valor devido em caso de algum membro falhar. E os membros são quase que obrigados a cumprir com este preceito com o risco de serem penalizados nos ciclos seguintes, chegando mesmo a perder o direito de obter o crédito. Mas a questão que fica e que seria necessário aprofundar, é a seguinte: *qual seria o mecanismo de coerção ao nível do grupo, que faz com que os beneficiários se sintam na obrigação de retribuir o valor devido, e que ao mesmo tempo dá a possibilidade aos responsáveis do grupo de fazer pressão sobre os restantes membros?*

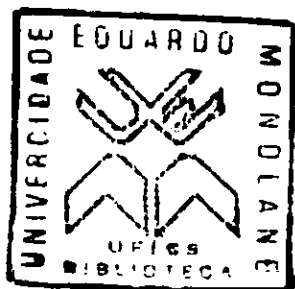
VII. 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante esta situação qual é a posição dos beneficiários, como é que eles conseguem sobreviver a esta dinâmica? A análise a ser feita deverá se concentrar mais nas questões ligadas as "estratégias" dos indivíduos e grupos ligados a formas de operacionalização no mundo do microfinanciamento. Já clarificamos o sentido que pretendemos dar ao termo estratégias, contudo podemos realçar o facto de se tratar do conjunto de práticas individuais e sociais que são conforme as condições materiais e objectivas específicas a cada comunidade, entendida esta como o conjunto de relações sociais que têm num dado território uma base de suporte e cuja

causalidade se encontra num contexto histórico-espacial e social. Podemos seguir o seguinte questionamento: terão os beneficiários a consciência do que lhes é exigido quando passam a fazer parte desses programas? Ou melhor, será que os beneficiários ao aderirem nos programas de microfinanciamento a consciência que lhes move é a de uma utilização produtiva dos créditos, se considerarmos os aspectos acima mencionados da lógica do funcionamento da WR? Para responder a estas questões sugerimos uma melhor atenção na organização social dos residentes ao nível do Distrito que estejam abrangidos pelo programa de microfinanciamentos como forma de tentar identificar a forma como as unidades domésticas desenvolvem estratégias de sobrevivência.

As situações de interligação das duas lógicas em análise (económica e não-económica) podem ser constatadas quando olhamos para alguns comportamentos observados. Se a senhora que descrevemos acima tinha a consciência de que deveria comparecer no encontro que estava marcado para as 11.00h, também era de grande importância a sua presença no funeral.

Dos aspectos que sobressaem ocorre dizer que estamos em presença de alguns elementos que constituem a dinâmica da vida do grupo descrito. Um deles é a importância atribuída à participação em cerimónias em que apenas citamos o caso de um funeral, para além da tendência de alargamento da base de dependentes, exemplo de relações matrimoniais poligâmicas, e da manutenção de redes de aliados. A presença em cerimónias para além de constituir um acto de solidariedade, é o momento em que se reencontram pessoas e grupos e, propicia a reafirmação das alianças com os mais próximos. No caso de funeral, verificamos que a família enlutada tem a obrigação de servir algo para comer às pessoas que acompanharam durante o funeral. Algumas pessoas mais próximas, familiares e vizinhos permanecem no local onde ocorreu a morte desde o momento que tomam conhecimento do ocorrido até a missa do 7º dia. As pessoas que aparecem nos dias subsequentes trazem consigo algum produto que será usado para confeccionar as refeições. Quando se volta do cemitério no dia do funeral e



nas missas que se seguem, na entrada da casa deixa-se um prato, no qual os acompanhantes deverão depositar um valor em dinheiro que mais tarde será usado para custear as despesas da cerimónia.

O número de pessoas que participa na cerimónia dá a indicação do nível de relacionamento que o falecido e seus parentes vivos mantinham com o resto da comunidade. Por isso afigura-se de extrema importância a participação nesses cerimónias porque elas mais tarde irão ditar o nível de adesão das outras pessoas em cerimónias no seu grupo doméstico. A atenção nestes aspectos poderá permitir avaliar a dimensão das redes que são apeladas nas várias situações da vida social. Isto pode ser fundamentado recorrendo a Loforte (2000), que considera que as "redes sociais", que podem ser para o nosso contexto os aliados, vizinhos ou vendedores do mesmo mercado e crentes da mesma igreja, assumem uma grande importância, em vários momentos da vida do indivíduo casos de nascimentos, casamentos, morte, resolução de conflitos e outros problemas, por funcionarem como uma "caixa de segurança social e um "sistema de crédito".

Analisando as entrevistas realizadas, constatamos que as pessoas que afirmaram terem um bom desempenho junto à instituição (World Relief) possuem outras fontes de financiamento, seja pela dimensão da actividade que desenvolvem que ultrapassa de longe o valor do crédito que adquirem da instituição ou porque um outro membro da família, em muitos dos casos o marido e os filhos, participam no financiamento da actividade através do trabalho que realizam fora da casa. Chamamos a atenção que este ponto precisa de um estudo aprofundado pela sua relevância naquilo que são as possibilidades de adopção alternativas de financiamento por parte dos beneficiários de microfinanciamento. Arriscamos a fazer tal afirmação como forma de dar sentido a alguns depoimentos que tivemos acesso. Os beneficiários que afirmaram não ter dificuldades em devolver o dinheiro, a metade afirmou possuir alguns membros da família a trabalhar fora da Cidade de Xai-Xai, com particular incidência para a África do Sul. Noutro extremo algumas pessoas fazem negócios que envolvem algumas somas elevadas em

dinheiro, tais como estaleiros de material de construção, negócios que envolvem viagens para outras províncias, em particular Maputo e Inhambane.

Aqui fica a chamada de atenção para o facto de podermos estar em presença duma inversão entre aquilo que é traçado como alcance dos microfinanciamentos e o que realmente ocorre. Se olhamos para os elementos acima levantados podemos constatar que aqueles que têm sucesso no sistema possuem outras alternativas de busca de financiamento e uma experiência assinalável de reprodução de capital.

Do que podemos observar, ocorre-nos dizer que como mecanismo de manter o dinheiro adquirido junto às instituições, os beneficiários adoptam como uma das estratégias a prática do "xitique". No "xitique" fazem parte principalmente vendedores do mesmo mercado, para além de alguns casos em que participam os vizinhos do local de residência e por vezes membros da mesma igreja, com principal incidência para as mulheres. O xitique é de todos os tipos, havendo o diário, os semanais e os mensais que por vezes correspondem ao valor das prestações que se devem pagar à instituição. Isto quer dizer que os negócios que a maioria dos beneficiários desenvolve, pela sua dimensão relativamente pequena, não absorvem todo o dinheiro adquirido na instituição para o investimento. Para além disso, essas pessoas desenvolvem normalmente actividades consideradas de grande risco, como a venda de produtos facilmente perecíveis (legumes, frutas, carnes, etc.), e muitas das vezes as actividades que desenvolvem são muito diversificadas.

A presença em maior número da mulher nestas actividades poderá ser analisada como a reprodução numa nova realidade e dinâmica, da anterior divisão sexual do trabalho na qual cabia à mulher o controlo do celeiro, onde cada mulher trabalhava na sua machamba cabendo ao homem as tarefas mais pesadas, como o trabalho de desbravamento e trabalhos longe da casa (Feliciano, 1998;250-252). A diminuição da possibilidade de geração de rendimentos no sector agrícola (baixa produtividade) como resultado de múltiplos factores, entre eles, a pressão exercida sobre a terra pelo êxodo rural

que trouxe como consequência uma crescente urbanização, as calamidades naturais cíclicas (secas e inundações sucessivas) e pragas, fizeram com que não compensasse o tempo investido neste sector por parte das mulheres. Assim sendo, arriscamos com a hipótese de que o surgimento da mulher no sector informal, interessada na obtenção de microfinanciamento, surgir como uma das actividades integradas nas várias estratégias de sobrevivência, sob a lógica de "pleno emprego da totalidade ou maior número dos membros do grupo doméstico" (Loforte, 2000), ou pluraliactividade dos seus membros.

O xitique surge aqui como um elemento que pode ser julgado importante nas estratégias individuais e dos grupos para a integração num determinado grupo. Isto porque esta prática para além de constituir um elemento de prestígio daqueles que nele participam, pode constituir um mecanismo de coesão, tornando as pessoas comprometidas umas com as outras. Segundo Cruz e Silva *"esta prática assume vários contornos desde a criação de poupanças, grupos de carácter assistencialista e tantos outros organismos de diferentes tipos de identidades e interesses que levam os indivíduos a associarem-se para defender os seus interesses e organizarem estratégias de sobrevivência e de gestão social de alternativas"* (In Santos, 2000: 35).

Do ponto de vista da análise destas estratégias, tomamos como ponto de referência uma possível existência daquilo que Feliciano (1998) denominou por "Sistema Comunitário", que constitui a dinâmica social que interliga unidades de diferentes níveis e assegura as condições de produção, circulação e reprodução, pois a lógica económica assenta numa dupla dinâmica, uma de "dispersão" e outra de "integração" (1998: 16-18).

Consideramos pois que o xitique ocupa esta dupla função, uma como parte das estratégias de diversificação de alternativas e outra como uma estratégia de integração a grupos de afins.

A lógica da interacção ou integração não pode ser exclusiva da prática do xitique, e por isso adiantamos a possibilidade de a mesma ser assegurada por

outras práticas individuais e sociais como a que nos referimos acima. Trata-se das estratégias matrimoniais, da participação em cerimónias, e da constituição de grupos de dependentes, aliados e vizinhos. Devido a influência da urbanização que reduziu as dimensões do espaço reservado à habitação os homens com duas ou mais mulheres são obrigados a colocá-las em residências separadas, cabendo a cada uma delas o cuidado dos seus filhos. Normalmente o homem assume como residência permanente a da esposa mais velha ficando as outras mulheres com um certo tipo de autonomia na gestão da casa. Esta situação faz com que as mulheres assumam cada vez mais as opções de geração de fundos destinados ao consumo doméstico.

Estas são algumas questões encontradas ao longo do pré-inquérito que serviram para reforçar as nossas hipóteses e avançar na possibilidade de construção do objecto de estudo pondo à prova a metodologia escolhida.

Como considerações finais podemos afirmar que a resposta à questão de partida passa pelo aprofundamento dos aspectos aqui levantados, com a proposta de adopção de outras metodologias de recolha e análise de dados, mas privilegiando sempre a observação no sentido em que nos possibilita captar vários aspectos que ao longo das entrevistas nos podem escapar. Mesmo não tendo utilizado aqui neste trabalho, aconselhamos o uso do método estatístico como forma de avaliar melhor a incidência de alguns aspectos aqui levantados como sejam, a prática de actividades diversificadas, a prática do xitique, e o envolvimento dos restantes membros do grupo doméstico na gestão dos fundos.

VIII. BIBLIOGRÁFICA

a) OBRAS REFERENCIADAS

ABRAHAMSSON, Hans, e Anders Nilson (1996): "The Washington Consensus": A importância de questionar o modo de pensar Ocidental sobre o processo de desenvolvimento no continente africano. PADRIGU/ISRI-CEEI. Maputo.

ADAM, Yussuf (1993): Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento. In Arquivo; nº 14, pp.9-101. Maputo.

ADAM, Yussuf (1996): Trick or Treat: Relationship between Destabilization, Aid and Government Policies in Mozambique 1975-1990. International Development Studies Roskild University. (Dissertação de Doutoramento em estudos de desenvolvimento).

ANDERSON, Mary B. (1996): Development and Social Diversity. Oxfam Publication. Oxford and Dublin.

ALVES, Maria Inês Pacheco (1996): As Organizações Não-Governamentais na Política Comunitária de Cooperação Para o Desenvolvimento. CIDAC. Lisboa.

BARNES, J. A. "Networks and Political Process" in MITCHELL, J. Clyde(ed) (1969): Social Networks in Urban Situations. Manchester University Press. Manchester. Pp. 51-71.

BENNAARS, Gerard A. (1993): Ethics, Education and Development. An Introductory Text for Students in Colleges and Universities. East African Education Publishers. Nairobi.

BOURDIEU, Pierre. "A Génese dos Conceitos de Habitus e de Campo". In _____ (1991): Poder Simbólico. DIFEL.

BOURDIEU, Pierre (1994): Sociologia. Ática, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. "Será Possível Um Acto Desinteressado?" in (1997): Razões Práticas Sobre a Teoria da Acção. Celta, Oeiras. pp. 103-118.

BOURDIEU, Pierre. "A Economia dos Bens Simbólicos" in (1997): Razões Práticas Sobre a Teoria da Acção. Celta, Oeiras. pp. 119- 150.

BROKENSHA, David W. and Peter D. Little (1988): Anthropology of Development and Change in East Africa.

CASAL, Adolfo Yañez (1996): Antropologia e Desenvolvimento: as Aldeias Comunais de Moçambique. MCT-IICT - Lisboa.

FELICIANO, José Fialho. "Empresários e Memória Social: Percursos em Moçambique 1983/93. In (1996): Economia Global e Gestão. pp.23-44.

FRIEDMANN, Jonh, (1996): Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo. Celta, Oeiras.

GLUCKMAN, Max. "Analysis of a Social Situation in Modern Zululand". In _____ (1958): The Rhodes Livingston Paper. Vol.28. pp. 1-75.

LAKATOS, Eva Maria e Marina de Andrade Marconi (1991): Fundamentos de Metodologia Científica. Atlas, 3ª ed. São Paulo.

LOFORTE, Ana Maria (2000): Género e Poder entre os Tsonga de Moçambique. Promédia. Colecção Identidades. Maputo.

MATSINHE, Cristiano (1999): Abordagens Desenvolvimentistas: Ainda cultura Cívica e Ethos Social. IFICS/UFRJ. Rio de Janeiro.

MUNCK, Ronaldo &, Denis O' Hearn (1999): Critical Development Theory. Contribution to a new paradigm. Zed Books. London and New York.

MURTEIRA, Mário. "Teorias e Ideologias de Desenvolvimento". In (1990): Revista Internacional de Estudos Africanos. Instituto de Investigação Científica Tropical, no 12 e 13. C.E.E.A. Lisboa. pp.221-232.

MURTEIRA, Mário (1996): Lições da Economia Política do Desenvolvimento. Editorial Presença. Lisboa.

NGOENHA, Severino (1994): O Retorno do Bom Selvagem. Selezianas. Maputo.

PINA CABRAL, João de. "A Difusão do Limiar: Margens, Hegemonias e Contradições" In (2000): Lisboa, Cidade de Margens. Análise Social, Vol. XXXIV (153). Instituto de Ciências Sociais de Lisboa. Lisboa.

SARDAN, J.P. Oliver de. "Para uma abordagem antropológica das ideologias e práticas de desenvolvimento). In _____ (1990): Revista Internacional de Estudos Africanos. Instituto de Investigação Científica Tropical. C.E.A.A. Lisboa. pp. 189-198.

SARDAN, J.P. Oliver de (1997): Anthropologie et Développement: Essai en Socio-Anthropologie do Changement Social. Apad-Karthala. Paris. Pp. 77-96.

VELSEN, J. Van. "The Extended-Case Method and Situational Analysis". In EPSTEIN, A. L. (ed) (1967): The Craft of Social Anthropology. Tavistock Publication Limited. London. Pp.129-152.



WIARDA, Howard J. "Por uma Teoria não-etnocêntrica do Desenvolvimento: As Concepções Alternativas do Mundo". In _____ (1982): DADOS - Revista de Ciências Sociais, vol. 25, no.2. Rio de Janeiro. pp.229-251.

b) OBRAS COMPLEMENTARES

ABRAHAMSSON, Hans, e Anders Nilson (1998): Moçambique em Transição. Um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1974-1991. CEEI - ISRI. 2ª ed. Maputo.

ALMEIDA, João Ferreira. "Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais Numa Região do Nordeste". In SANTOS SILVA, Augusto (1998): A Propósito de Classes Sociais no Campos. Análise Social, Vol. XXIV. Ed. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Lisboa.

BILLINGTON, Rosamund, Sheelagh Strawbridge, Lenore Greensides and Annette Fitzsimons, (1999): "What is Culture". In Culture and Society: A Sociology of Culture. MACMILLAN. England. pp:1-20.

KADER, Naila et al. (2001): Discussing Women's Empowerment: Theory and practice. Swedish International Development Cooperation Agency. Stockholm.

MANJI, Firoze (1998): Development and Rights. Oxfam Publication, Oxford.

MASSANGO, Artur Alberto (2000): Empresas e Empresários. Racionalidades económica e cultural: o caso dos beneficiários do Gabinete de Promoção de Emprego em Maputo(1987-1995). UEM-UFICS(trabalho de dissertação de Licenciatura em Antropologia). Maputo.

MEYNS, Peter. "*Perspectivas divergentes sobre a teoria, a prática e a política de ajuda*". In (1990): Revista Internacional de Estudos Africanos. Instituto de Investigação Científica Tropical. C.E.A.A. Lisboa. pp.401-418.

NEGRÃO, José. "*Repensando as modalidades de desenvolvimento rural em Moçambique*". In SOGGE, D., (1997) (ed): Perspectiva sobre a ajuda e o Sector Civil em Moçambique. GOM. Netharland.

PERROUX, François (1987): Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento. Fundação Coulouste Golbenkian. Lisboa.

RAHNEMA, Majid with Victoria Bawtree (1997): The Post-Development Reader. Zed Books. London; University Press. Dhakar; David Philip. Cape Town.

SOGGE, David (1997): Moçambique: Perspectivas sobre a ajuda e o sector civil. GOM. Amsterdão.

THOMPSON, Lisa (ed) (2000): Development, Democracy an Aid in Southern Africa. Center for Southern African Studies, University of the Western Cape. Cape Town.

c) DOCUMENTOS REFERENCIADOS

_____(1996): Sumário: "Sistemas, Instituições e Crédito para os Pobres. Relatório de Estudo Preparatório. Maputo.

_____(1998): Plano Estratégico da FDC (1998-2002) . FDC. Maputo.

_____(Abril de 1998): Estudos Sobre Microcréditos. INDER, BANCO DE MOÇAMBIQUE, MIN. DE PLANOS E FINANÇAS. Maputo.

BARROS, João Gabriel de. "Desenvolvimento" e "Desenvolvimento Económico e Democracia Política no Contexto do Ajustamento Estrutural em África". In _____ (1998): Problemáticas de Desenvolvimento. UFICS/UEM - Textos de Apoio (2^o Ano do Curso de Bacharelato em Ciências Sociais). Maputo.

BENNETT, L., M. Goldberg and J. D. Von Pischke., "Basing Access on Performance to create sustainable financial services for the poor in Nepal"- in _____ (September, 1994): World Bank Draft. Washington.

BUCKLEY, Graeme. "Microfinance in Africa: Is it either the problem or the solution?" In _____ (1997): World Development. Vol 28, no.7, Department for International Development. London, UK. pp. 1081-1093.

CHRIDTEN, R., E. Rhyne and R. Vogel, (1994): "Maximizing the outreach of micro-enterprise finance: the emerging lessons of successful programs". IMCC.

Da SILVA, Terezinha. "Visão da Parceria na base: Contribuição para debate". In _____ (1995): Organizações Não-Governamentais. Faces e Contra faces na identidade Civil Moçambicana. Colecção "Nosso Chão" , 1^a ed, nº 5. Maputo.

DICHTER, Thomas, (May 1998): Sustainable Banking With the Poor. NGO's in Microfinance: Past, Present, and Future. (Draft). The World Bank.

FRANCISCO, António Álvaro (2002): Desenvolvimento Comunitário: Programa Semestral da Disciplina de Desenvolvimento Comunitário para o Curso de Licenciatura em Administração Pública. UFICA/UEM. Maputo.

GURGAND, M., G. Pederson and J. Yaron. "Outreach and Sustainability of six and Finance Institutions in Sub Saharian Africa". In _____ (1994): World Bank Discussion Paper 248. The World Bank. Washington.

OTERO, M., and E. Rhyne, (1994): The New World of Micro-Enterprise Finance: building healthy financial institutions for the poor. Kumarian Press. West Hartford Ct.

RHYNE, Elisabeth, (1998): "Serviços Financeiros para os Indigentes em Moçambique. Bases de uma Organização Produtiva para a Micro-finança". Documento apresentado ao Seminário Nacional Moçambicano sobre Micro-finanças a 22 de Abril de 1998. (tradução).

TORRES, Adelino, (1995): Problemas de Desenvolvimento: Textos de Apoio - Curso de Mestrado em "Desenvolvimento e Cooperação Internacional". ULT/ISEG. Lisboa.

VALÁ, S. C.,: "Políticas e Estratégias de Desenvolvimento Rural". In _____(1998): Problemáticas de Desenvolvimento. UFICS/UEM - Textos de Apoio (2º Ano do Curso de Bacharelato em Ciências Sociais). Maputo.

VON PISCHKE, J. D., (March 1995): "*Managing the Trade-off Between Outreach and Sustainability by Measuring the Financial Performance of Micro-enterprise Lenders*". (DRAFT).

YARON, J., "Successful Rural Financial Institutions". In _____(1993): World Bank Discussion Paper 150. The World Bank. Washington.

YARON, J., BENJAMIN M., PIPREK, G., (1996): Rural Finance: Issues, Design and Best Practices. Environmentally Sustainable Studies and Monographs Series - The World Bank. September 1996 - DRAFT.

d) DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

d) DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

_____ (s/d): Action Research on Sustainable Microfinance Institutions in Africa. The World Bank African Region. Funded by the Swiss Development Cooperation.

_____ (s/d): Organizations with small scale Industry projects.

_____ (1995): Small and Microenterprise Finance: Guiding Principles for selecting and supporting intermediaries. Donors Working Group on Financial sector Development and the Committee of Donor Agencies for Small Enterprise Development.

_____ (1996): ONG'S Nacionais. Directório. 1ª Ed. Coleção "Nosso Chão", no 7, Maputo.

_____ (December, 1996): Financial Sustainability, Targeting the poorest, and income impact: are there trade-offs for microfinance institutions? FOCUS, Washington DC 20433.

_____ (March, 1997): Effective Governance for micro-finance institutions. FOCUS, Washington DC 20433.

_____ (April, 1997): Introducing Savings in Microcredit Institutions: When and How? FOCUS, Washington DC 20433.

_____ (August, 1997): State Owned Development Banks in Microfinance. FOCUS, Washington DC 20433.

"Action Research: Building Networks for improved Delivery of Financial Services to the poor". In _____ (November, 1997): Agriculture and Environment, 98. International Bank for reconstruction and development. World Bank. Washington.

_____ (November, 1997): How CGAP Members Donors Fund Microfinance Institutions. FOCUS, Washington DC 20433.

_____ (Mai/1998): Microfinance, Orientations Méthodologiques. Commission Européenne. Direction Générale du développement.

_____ (1998): Discurso de Abertura do Seminário Sobre: "Sistemas, Instituições e Crédito para os Pobres", 17, 28,29 de Fev/1998. FDC-Biblioteca, Caixa-10.

_____ (1999): Programa de Microfinanças. Recomendações Gerais Sobre a Prática da Actividade de Microfinanças. INDER, documentos de trabalho. Maputo, República de Moçambique.

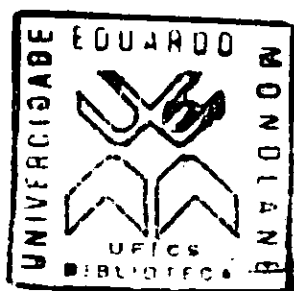
_____ (2001): Study of the Microfinance Sector in Mozambique. MADER/DNDER-ICC. Maputo.

ADAMS, Dale W: "Using credit unions as conduits for Micro-enterprise lending: Latin-American Insights". In _____ (1995): Enterprise and Cooperative Development Department. International Labour Office - Geneva Working Paper, no.12.

CHIDZERO, Anne-Marie (at al), (1995): Estudo Sobre Microfinanças em Moçambique. INDER, Banco De Moçambique, Ministério de Plano e Finanças. Maputo.

CHURCH, Stephanie C. (May 1998): Sustainable Banking With the Poor. Case Studies in Microfinance. (Draft). The World Bank.

FRUMAN, Cécile, (May 1998): Sustainable Banking With the Poor. Case Studies in Microfinance. Mali, Self-managed Village savings and loan Banks (CVECA pays dogon). The World Bank.



KIDDER, Thalia (s/d): Globalización y Género: Dilemas para las organizations de microfinanciamento. Las Colmena Milenaria. México.

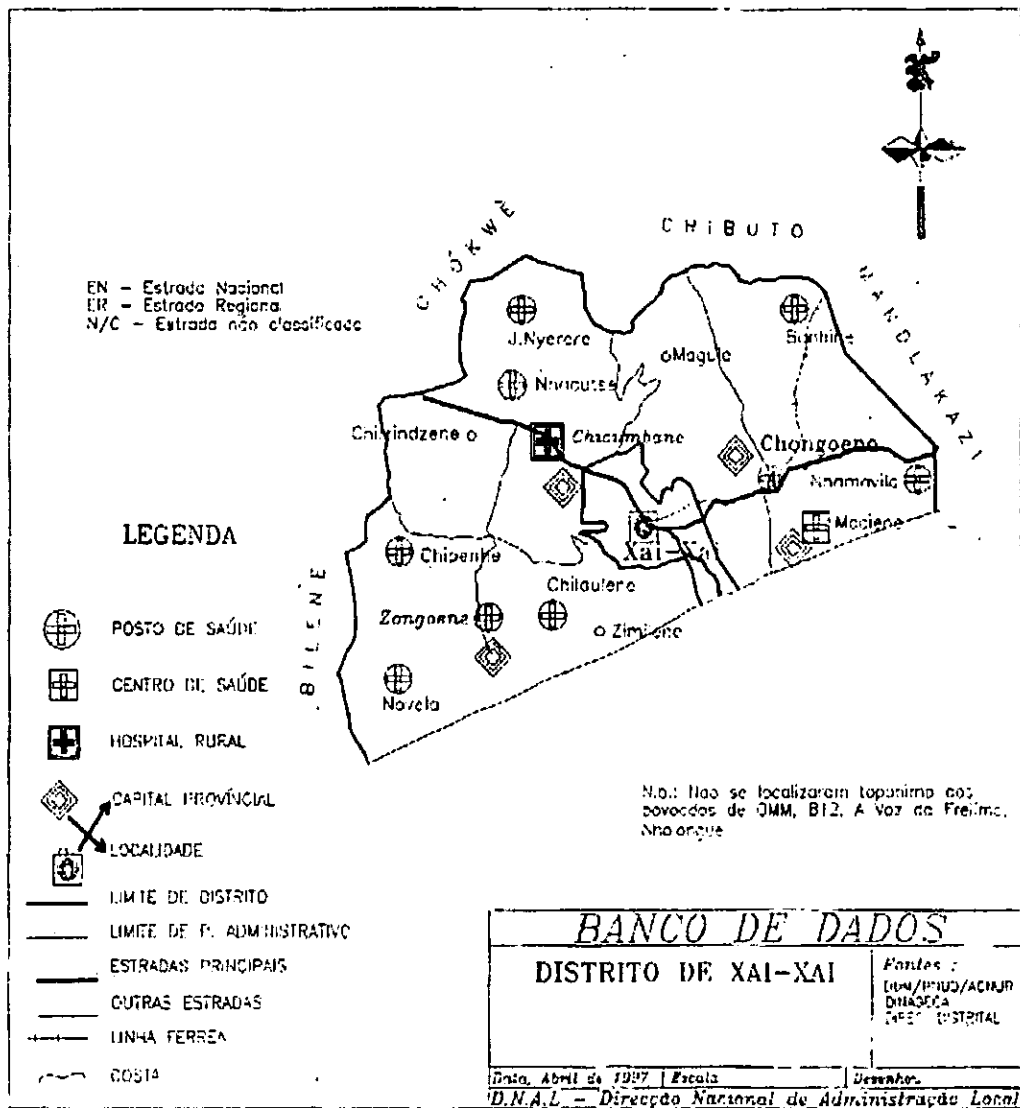
KRAHNEN, Jan P. and Schmidt, Reinhard, (1995): On the Theory of Credit Cooperatives: Equity and Onlending in a Mult-ties system - A concept Paper. ECDD-ILO - Geneva. Working paper, no.11.

MANNDORFF, Hannes, (2000): Breve Relatório do Segundo Seminário Nacional de Micro-finanças realizado na Cidade da Beira de 22 a 23 de Nov. de 2000). Maputo.

SCHMIDT Reinhard h. and ZEITINGER, C.-P., (1994): Critical Issues in Micro-business Finance and the role of Donors. Frankfurt.

ANEXO 1:
MAPA DO DISTRITO DE XAI-XAI

Fonte: *Perfis de Desenvolvimento Distrital. Distrito de Xai-Xai, Província de Gaza. 1997. PNUD, ACNUR. Maputo.*



IX. ANEXOS

LISTA DOS BENEFICIÁRIOS

Por opção metodológica omitimos os nomes dos entrevistados, tendo para tal usado as letras e números para sua identificação conforme a sequência das entrevistas. Deste modo, a letra A corresponde aos responsáveis pela implementação dos projectos de microfinanças que inclui, 2 da WR, 1 da Save the Children.

Entrevistado - 1B
Sexo: F
DATA: 18/03/2002
Local: Chonguene - Xai-Xai
Entrevista orientada em Changana
Entrevistador: Elísio Jossias

Entrevistado - 2B
Sexo: F
DATA: 18/03/2002
Local: Chonguene - Xai-Xai
Entrevista orientada em Changana
Entrevistador: Elísio Jossias

Entrevistado - 3B
Sexo: F
DATA: 18/03/2002
Local: Chonguene - Xai-Xai
Entrevista orientada em Português
Entrevistador: Elísio Jossias

Entrevistado - 4B
Sexo: F
DATA: 19/03/2002
Local: Mercado do Bairro 3 - Xai-Xai
Entrevista orientada em Changana
Entrevistador: Elísio Jossias

Entrevistado - 5B

Sexo: M

DATA: 19/03/2002

Local: Mercado do Bairro 3 - Xai-Xai

Entrevista orientada em Changana

Entrevistador: Elísio Jossias

Entrevistado - 6B

Sexo: F

DATA: 20/03/2002

Local: Sede da WR - Xai-Xai

Entrevista orientada em Changana

Entrevistador: Elísio Jossias

Entrevistado - 7B

Sexo: F

DATA: 20/03/2002

Local: Sede da WR - Xai-Xai

Entrevista orientada em Português

Entrevistador: Elísio Jossias

Entrevistado - 8B

Sexo: F

DATA: 20/03/2002

Local: Sede da WR - Xai-Xai

Entrevista orientada em Changana

Entrevistador: Elísio Jossias

Entrevistado - 9B

Sexo: M

DATA: 20/03/2002

Local: Sede da WR - Xai-Xai

Entrevista orientada em Português. Entrevistador: Elísio Jossias

